

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA
EDUCAÇÃO**

ANDRÉ DE SOUZA SANTOS

**DIREITO E OBRIGATORIEDADE DO ENSINO PRIMÁRIO PÚBLICO
NO PARANÁ: OBJETIVOS; LIMITES E POSSIBILIDADES (1890-
1909)**

ANDRÉ DE SOUZA SANTOS

**MARINGÁ
2023**

2023

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO**

**DIREITO E OBRIGATORIEDADE DO ENSINO PRIMÁRIO PÚBLICO NO
PARANÁ: OBJETIVOS; LIMITES E POSSIBILIDADES (1890-1909)**

Tese apresentada por André de Souza Santos, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Educação.
Linha de Pesquisa: História e Historiografia da Educação.

Orientadora:
Prof^a. Dra.: Maria Cristina Gomes Machado.

MARINGÁ
2023

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

S237d

Santos, André de Souza

Direito e obrigatoriedade do ensino primário público no Paraná : objetivos; limites e possibilidades (1890-1909) / André de Souza Santos. -- Maringá, PR, 2023.
368 f.: il. color., tabs.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Gomes Machado.

Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Fundamentos da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2023.

1. História da Educação. 2. Ensino público. 3. Escola pública. 4. Educação e Estado. 5. Instrução Pública - Educação - Paraná. I. Machado, Maria Cristina Gomes, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Fundamentos da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDD 23.ed. 379.8162

Rosana de Souza Costa de Oliveira - 9/1366

ANDRÉ DE SOUZA SANTOS

**DIREITO E OBRIGATORIEDADE DO ENSINO PRIMÁRIO PÚBLICO NO
PARANÁ: OBJETIVOS; LIMITES E POSSIBILIDADES (1890-1909)**

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Gomes Machado (Orientadora) –
UEM – Maringá/PR

Prof. Dr. César Aparecido Nunes – UNICAMP – Campinas/SP

Prof. Dr. Mario Borges Netto – UFU – Uberlândia/MG

Prof. Dr. Célio Juvenal Costa – UEM – Maringá/PR

Prof^a. Dr^a. Kátia Soane Santos Araújo – SMED/UEM –
Salvador/BA – Maringá/PR

Maringá, 28 de abril de 2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha amada mãe e ao meu amado pai, por toda a minha vida e por toda a minha história. Graças a eles, pude estudar com tranquilidade, trabalhar e me propor ao ensino e a carreira acadêmica. Me apoiam desde meu nascimento, não somente no aspecto material, mas, no emocional. Jamais desistiram de mim, em meus momentos mais críticos e são os maiores exemplos de cuidado e proteção que conheci e experimentei. Tudo de bom que consegui e que conseguirei, até o final da minha vida, deverei sempre a eles.

Agradeço ao meu amado irmão Ronaldo, por todos os diálogos sobre filosofia, teologia, astronomia e artes visuais, desde a infância, além de me oferecer as primeiras literaturas infantis que conheci. Sem ele, não seria metade do homem que sou, intelectualmente e humanamente. Sou grato por tudo que fez e faz por mim – inclusive, no sentido financeiro, financiando-me em estudos, compra de materiais e inúmeras necessidades –, e por ser o melhor ser humano que conheci até hoje. Um sujeito puro, sem erros, inquestionável.

Agradeço as minhas amadas irmãs, Rita de Cássia e Alexandra, por todo o carinho e atenção a mim dedicadas, em toda a minha vida. Foram os principais apoios em minhas crises de ansiedade e quadro depressivo que desenvolvi na última década. O seu apoio jamais será esquecido. Me espelho pela imagem de mulheres fortes, trabalhadoras e destemidas, mães amorosas e preocupadas, que colocam o bem-estar familiar acima de qualquer outro.

Agradeço a minha amada e querida esposa, Mariane, a mulher mais disciplina e aguerrida que conheci até hoje. Acompanha minha jornada há mais de quatro anos e foi testemunha de toda a trajetória do doutorado. No último ano, após o nosso enlace, fez das tripas coração para dar conta de um trabalho sacrificante na área da educação física, com centenas de crianças com diversas necessidades, além de se responsabilizar quase que exclusivamente por todos os serviços domésticos. Eu jamais seria capaz de produzir essa tese sem ela. E mais, dialogou, criticou e estimulou a escrita e o estudo de referências para cada parte da escrita, investigando comigo em livrarias e sebos toda a bibliografia inerente ao contexto e tema. É professora e pesquisadora assim como eu, mas, melhor que eu, é uma

mulher vigorosa, e que enfrenta a covardia de uma sociedade misógina, que rejeita e estereotipa mulheres que pensam, que trabalham, que estudam e que produzam. Se todas as mulheres do mundo fossem uma Mariane, o patriarcado desmoronaria. Fora as milhares de qualidades, é o abraço que me conforta, o conselho que me alivia, a bronca que me endireita e o amor que me sustenta. Escuta todas as minhas sandices e faz com que não pareçam tanto com sandices. Como disse Carpinejar, “É aquela vontade danada de andar de **mãos dadas durante o dia** e de **pés dados durante a noite**”.

Agradeço a minha amada sogra, Marli, meu amado sogro, Antônio, e meu amado cunhado, João, que recentemente entraram em minha vida e sempre me foram companhias agradáveis, cheias de ideias e sonhos. Confraternizamos juntos tantas vezes, em festas de família, viagens e McDonald’s da vida. Pessoas incríveis que fizeram em criaram uma filha incomparável, Mariane, que hoje tenho a honra de ser o par. Confesso que nossos encontros mais divertidos eram para achincalhar os cidadãos de bem, mas, acima de tudo, sempre me senti em família e hoje posso afirmar que tenho dois pais, duas mães e quatro irmãos. Corroboro a Toretto, família é tudo.

Agradeço aos meus amados cunhados, Dorivaldo e Júnior, cada um com o seu jeito de ser, mas que sempre foram solícitos, desde um corte de cabelo gratuito a implantação de mobílias e recursos residenciais. O mais importante, tratam muito bem as minhas irmãs e hoje são como irmãos para mim. Exemplos de homens trabalhadores, de pais presentes e maridos fiéis, buscam sempre o melhor para a família, mesmo com as dificuldades de um capitalismo explorador, injusto e doentio.

Agradeço a minha amada e brilhante professora, orientadora, madrinha e amiga, Maria Cristina. A primeira vez que a vi foi no final de 2015, em minha primeira seleção de mestrado na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Antes de saber quem era, na fila da tão temida entrevista, vi três professoras se aproximando, uma delas, com roupas populares, rasteirinha e caderno de anotações. Naquele momento, eu sabia que aquela professora deveria me orientar. Infelizmente, não fui aprovado naquele ano, mas para o outro, me preparei melhor que qualquer um e criei uma estratégia, encontrar e ler todos os estudos produzidos pela professora Maria Cristina. Foi o que fiz. De fato, não foi por isso que passei em 2016, mas minha admiração por uma pessoa tão humilde e concomitante genial

se ampliou muito. Assim que me escolheu, fui convidado para uma reunião do GEPHEIINSE em seu apartamento. Não me conhecia, verdadeiramente, mesmo assim, abriu a porta de sua residência para um jovem sonhador. Conheci toda a sua família e os novos colegas. A cada dia fez aumentar mais minha admiração por sua pessoa. Me pagou inúmeros almoços em uma época em que eu vivia a base de empréstimos por estar desempregado. Mais que todo o acolhimento, acompanhou-me na produção e execução de inúmeros capítulos de livro, artigos de eventos, de revistas, participação e organização de eventos, aulas, palestras e incontáveis espaços em que a história e historiografia da educação pudesse acessar. Além de professora, pesquisadora e palestrante, é uma filha, mãe e esposa exemplar, acompanhando e dando forças aos pais, ao marido, aos filhos e a todos que estivessem ao seu redor e que precisassem de auxílio. Tem um procedimento altamente ético no que tange as orientações, respeitando totalmente a condição de seus orientandos, a autonomia e capacidade de produção em cada momento e situação da vida. Jamais me desrespeitou ou me pressionou, ao contrário, sempre me animou e me direcionou, para caminhos, autores e entendimentos, mediante toda a sua experiência acadêmica. Seja um familiar, um aluno ou um amigo, é incapaz de abandonar alguém ou a causa. Passou por indescritíveis dificuldades com os próximos, recentemente, foi o pilar de todos e sempre será. Se hoje sou mestre e um candidato ao título de doutor, muito se deve ao trabalho comprometido e responsável de Maria Cristina. É assim que todo professor ou professora deveria ser: competente e, acima de tudo, humano. Se eu pudesse resumir a Cris em uma palavra, certamente diria: coração. Muito obrigado por tudo!

Agradeço a minha amada professora, orientadora, tutora e madrinha, Cláudia Bonfim, por ter me dado a primeira oportunidade de conhecer os rudimentos da pesquisa científica no GEPES. Graças a isso, desenvolvi-me como um profissional versátil, capaz de ensinar e investigar. Para além do grupo de pesquisas, foi minha professora de metodologia, orientadora de TCC e madrinha de casamento. O primeiro exemplo de acadêmica de alto nível, na pesquisa, ensino e extensão. É uma filha dedicada, uma mãe atenciosa, esposa companheira e uma grande amiga. Um tipo de ser humano que me dá esperanças na humanidade. Hoje, somos companheiros de trabalho, mas, mais que isso, estamos ligados

filiamente e eu jamais esquecerei tudo o que fez por mim, por tantos anos, a você, toda a minha gratidão.

Agradeço ao amado professor Célio, que me hospedou em seu apartamento durante as disciplinas de mestrado. O ano de 2019 foi outro que tive dificuldades financeira e as coisas não caminhavam bem. O professor Célio prontamente se ofereceu para me hospedar, algo que tinha feito há mais tempo. Dessa vez, aceitei a sua generosidade e junto a uma grande família constituída por sua filha e gatas divertidas que entravam em minha bolsa, me instalei na residência. A capacidade de acolhimento do Célio é tão grande que me ofereceu uma cópia da chave. Mais do que esse ser humano incrível é um igualmente incrível professor e pesquisador. Suas aulas foram as que me fizeram ter a noção mais clara da filosofia e de sua inserção no ensino e nas teorias educacionais. Cheio de tiradas e sarcasmo, com um que de ironia socrática, cada encontro me divertia e me fazia aprender alguns dos conteúdos mais complexos e minuciosos. Sua orientação na qualificação me alertou para a ocasião do exacerbado posicionamento acusador e maniqueísta, o que tornava o meu texto menos científico e informal. Foram valiosas dicas para o restante do período de produção, com alertas aos limites do positivismo no Brasil e sua não aplicabilidade política. Dono de um humor perspicaz, só o vi extremamente irritado uma única vez: quando o Palmeiras foi eliminado pelo Grêmio nas quartas de final da Libertadores de 2019. Ficou furioso. Muito obrigado por tudo, professor!

Além do professor Célio, agradeço aos queridos professores e professoras do programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Mestres altamente capacitados que me proporcionaram uma formação do mais alto nível, permeada por exposições acuradas e por indicações de leituras de obras clássicas e indispensáveis a qualquer *stricto sensu* no país.

Agradeço ao Mario por aceitar o convite para participar da minha banca. O nome do Mario sempre se fez presente nesses anos em que estou no GEPHEIINSE, como uma referência aos estudos marxistas, sociológicos, e a criação e interpretação de conceitos e categorias. Suas recomendações foram fundamentais para a conclusão da tese, especialmente, as de ordem histórica e sociológica. Principalmente o Durkheim foi bastante utilizado. Aplicou-se sobre o entendimento de regeneração, que foi de agrado na banca. Muito obrigado por estar comigo, Mario!

Agradeço a professora Katia pelo aceite em participar da minha banca e pelas orientações para explorar mais os tópicos da instrução primária, da relação família e escola, do aprofundamento teórico e da dica para ampliar os raciocínios sobre o ensino intuitivo, algo que enriqueceu bastante a argumentação da última parte da tese. É uma alegria ver uma mulher afro capaz de se tornar tão qualificada intelectualmente e profissionalmente em um país de cultura racista e machista como o nosso, um impeditivo para qualquer pessoa que se arrisque a balançar o *status quo*. Muito obrigado por me dar essa honra, Katia!

Agradeço ao meu inspirador mestre, um dos maiores filósofos vivo no mundo, o amado professor César Nunes. Me lembro da primeira vez que o vi, quando do aceite em ser minha banca de TCC, na Faculdade Dom Bosco. O pegamos no aeroporto de Londrina, Cintia Cezário, Cláudia Bonfim e eu, e procuramos um lugar para jantar. Quando encontramos um, próximo ao lago Igapó, aconchegamo-nos em uma mesa próxima a lateral do espaço. Nessa ocasião, o persuasivo e profundo filósofo encantou a todos nós. Sócrates e, especialmente, Platão, foram as personagens de suas apaixonantes histórias sobre vida, morte, amor e redenção. Naquele momento, percebi que havia um sujeito a minha frente que estava, ao mesmo tempo, no passado, no presente e no futuro, com uma capacidade teórica e uma humanidade nunca vista. Ao imaginar que poderia fazer um mestrado ou doutorado, sempre quis sua presença na banca. Na qualificação foram centenas as sugestões, desde a reestruturação do trabalho, as referências de estudo, exposição, escrita e redimensionamento. Não sei se fui capaz de cumprir a todas, mas fiz o que pude. Muito obrigado por estar comigo, César!

Agradeço a minha amada madrinha, Ligiane, um ser humano incrível, parceira, acolhedora e que emana bondade e resiliência. Nossas conversas ao longo dos anos sempre me auxiliaram humanamente e profissionalmente. Criamos uma afinidade intelectual, filosófica e política altíssima, expressamente pelo fato de pertencermos verdadeiramente a classe trabalhadora desse país, aquela que sabe que, com a licença de Marx e Engels, a consciência não determina a vida, mas a vida que a determina.

Agradeço ao meu amado amigo José Ricardo, que me carregava de um lado por outro por Maringá. Um sujeito de um caráter absurdo e de um senso de amizade e caridade incomparável. Ficou em aulas, bibliotecas, restaurantes e até em

hospitais comigo. Nunca me esquecerei! Nossos almoços, jantares e lanchinhos são os mais divertidos que participei até hoje. Difícil foi apenas aguentar o ciúme dele por minha orientadora, Maria Cristina, mas, com o tempo, ele ganhou a sua chance.

Agradeço ao meu querido amigo, o professor Luiz Antônio, que foi meu coorientador no mestrado, atencioso e competente. Me presenteou com centenas de livros e com a sua riqueza acadêmica e literária, que pude vislumbrar trabalhando em sua companhia durante todo o ano de 2022. Espero que possamos trabalhar juntos novamente e encenar a peça “O Exorcista”, além de fazermos incontáveis piadas com o conservadorismo, a arrogância e a hipocrisia que corrói as relações sociais, inclusive, dentro das escolas.

Agradeço a parceria de todos os amados colegas do grupo GEPHEINSE que tive o prazer de conviver, os da velha guarda, Gizeli, Raquel, Sérgio, Edna, Thaís Arrebola, Laís, Taís Maziero, Talitiane e a querida Dani e peço perdão se esqueci de algum nome. Vocês são maravilhosos!

Agradeço aos queridos funcionários da Universidade Estadual de Maringá (UEM). O pessoal da limpeza, da biblioteca, da informática e do Restaurante Universitário, gente que faz a instituição caminhar e auxiliam no conforto e produtividade dos estudantes.

Agradeço ao meu amado brother e colega de trabalho na Universidade Estadual de Londrina (UEL), Celso Luiz, profissional exemplar e um sujeito em que pude depositar minha confiança profissional nos primeiros passos na universidade. Mais que isso, nossos diálogos divertidos sempre me fizeram muito bem. Abriu o seu lar para me hospedar e se mostrou um cara de grande coração. Junto a ele, agradeço a querida Simone Burioli, mulher de fibra, que carrega com orgulho o emblema da UEL em todo canto. Sempre me foi solícita e esclareceu qualquer dúvida que tive. Profissionalmente, coloca seu coração em tudo o que faz e isso torna toda circunstância em uma mistura irresistível de razão e emoção.

Agradeço aos queridos colegas da história da educação da UEL, Tony, Thais, Francielle, Juliana e Rodrigo, pela colaboração nos planejamentos de aulas, parcerias em bancas e na organização de eventos.

Agradeço ao meu amigão, Rafael Daud, que me hospedou em seu apartamento no último semestre e me ofereceu toda a hospitalidade do mundo.

Criamos uma grande amizade, que ultrapassou o campo acadêmico. Nossos incríveis papos sobre Freud, Adorno, Piaget e Marx foram maravilhosos e estou ansioso para repeti-los.

Agradeço ao meu amado amigo Arthur, único que se manteve comigo desde a infância. Único a me visitar e dialogar comigo quando estive em estágios avançados de profunda depressão. Sem qualquer tipo de interesse ou pretensão, sempre me ajudou em tudo o que precisei, além de me animar com seus milhares de memes. Sujeito de posicionamento político coerente e democrático, embrenha-se nas trincheiras por uma sociedade justa desde quando o conheço.

Agradeço a todos os responsáveis motoristas de aplicativos, vans e ônibus, que me carregam para todos os lados desse estado, sempre com cuidado e atenção. Sou grato pela acolhida em hotéis e outros espaços, sobretudo, pelos funcionários, sempre solícitos e afáveis.

Agradeço a todos os queridos pesquisadores das áreas de história do Brasil, história do Paraná, história da educação nacional e paranaense, história da instrução pública primária e das centenas de temas que abordamos nesse texto. Graças a vocês, pude me orientar, argumentar e inventar uma história para a instrução primária.

Agradeço por todas as amizades que fiz em todas as instituições trabalhei ou visitei, dentre funcionários gerais, professores e, de modo especial, os milhares de alunos que por minha vida passaram. Essa é uma vitória de todos nós, pois sou parte de cada um de vocês, bem como vocês são parte de mim.

Agradeço imensamente a toda a amada classe trabalhadora brasileira, responsável por financiar e fazer funcionar escolas, hospitais, segurança e todos os serviços públicos que, muitas vezes, não a atende a contento. Sem os trabalhadores desse país, não haveria universidade, não haveria doutorado, não haveria tese, não haveria nada. Parabéns a nós, que sustentamos a existência dessa Nação.

Agradeço aos meus amados cachorros, Chapolin e Madruguinha, cuja amizade vale mais do que a de muita gente. Estiveram sempre comigo, em meu quarto, na casa de minha mãe, embaixo da cama ou em cima, com todo o carinho e inocência que somente corações puros como os deles tem, ponderando o interesse em comerem as minhas refeições.

“Mantivemo-nos sempre ao nível da experiência, pois não cremos que o homem jamais possa expressar-se mais alto do que a sua mão.”

- Luc Benoist

SANTOS, André de Souza. **Direito e obrigatoriedade do ensino na instrução primária pública do Paraná**: objetivos; limites e possibilidades (1890-1909). 368 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Prof^a. Dra. Maria Cristina Gomes Machado. Maringá, 2023.

RESUMO

Analisou-se no estudo os objetivos, limites e possibilidades do direito ao ensino primário e da obrigatoriedade de matrícula nas escolas paranaenses, ponderando as relações com a esfera nacional e internacional. Esquadrinhou-se as leis do ensino público (1890-1909), os relatórios de presidentes/governadores do estado do Paraná e dos funcionários, que contextualizaram os projetos dirigidos ao serviço, diante da urgência da nacionalização. Questionou-se: quais as motivações da promoção do direito e da obrigatoriedade do ensino primário no estado, de acordo com os discursos oficiais, relatórios, leis, documentos e imprensa local? Partiu-se da hipótese de que uma completa *regeneração* social deveria se dar, motivada pela recusa e necessidade de eliminação das representações e instituições monárquicas. Nesse sentido, definiu-se essa categoria como nuclear, entendida como o ápice da intenção do modelo político e do projeto estadual definido. Após a pesquisa, concluiu-se que o ensino paranaense tinha um objetivo prioritário: formar uma Nação homogênea, civilizada e ordenada. Para isso, não bastava a exposição sobre heróis ou a criação da narrativa de guerreiros vitoriosos, mas um processo que suprimisse as culturas particulares, para assumir uma única identidade: a nacionalista. Os mecanismos expostos na lei paramentaram a renovação cultural, encetada pelos conteúdos, métodos, higienização, educação física/intelectual/moral, laicismo, moralização e castigos, tendo o professor como o emissário da *regeneração*. Cerimônias cívicas, imagens, emblemas, bandeiras, hinos, simbolizavam o despertar do sentimento nacional. Entendeu-se, ao fim, que a transformação não pode se efetivar, afinal, a diversidade étnico-racial, cultural, social, religiosa, além de tradições econômicas, filosóficas e políticas, impossibilitavam a homogeneização de um povo historicamente miscigenado e dotado de raízes coletivas.

Palavras-chave: História da Educação; Instrução Pública Primária; Paraná; Legislação; Imprensa.

SANTOS, André de Souza. **Right and Compulsory Education in the Public Primary Instruction in Paraná: goals, limits and possibilities.** 368 p. Thesis (PhD in Education) - State University of Maringá. Supervisor: Maria Cristina Gomes Machado. Maringá, 2023.

ABSTRACT

We analyzed the objectives, limits, possibilities of the right to primary education and the compulsory of enrollment in schools in the State of Paraná in this research. To this end, we consider relations with the national and international spheres. We scrutinized the laws of public education (1890-1909), the reports of presidents/governors in Paraná and the officials who contextualized the projects directed to the service in the face of the urgency of nationalization. Thus, we ask: according to official discourses, reports, laws, documents and the local press, what were the motivations for the promotion of the right and the compulsory education of primary instruction in Paraná? We started from the hypothesis that a complete social *regeneration* should occur in the education of Paraná. The motivation for this question was the refusal and the need to eliminate monarchical representations and institutions. In this sense, we defined this category as the main one, understood as the apex of the intention of the political model and the defined state project. We concluded that education in Paraná had a priority goal: to form a homogeneous, civilized and orderly nation. For this, it was not enough to expound on heroes or create the narrative of victorious warriors, but a process that suppressed particular cultures in order to assume a single identity: the nationalist one. The mechanisms set out in the law paraded the cultural renewal, initiated by the contents, methods, hygiene, physical education, intellectual education, moral education, secularism, moralization and punishments. Therefore, the teacher was like the emissary of *regeneration*. Civic ceremonies, images, emblems, flags, anthems, symbolized the awakening of national feeling. Finally, we understand that the transformation could not be effected, because the ethnic-racial, cultural, social, religious, economic, philosophical and political traditions made it impossible to homogenize a historically mixed people, endowed with collective roots.

Keywords: History of Education; Primary Public Education; Paraná; Legislation; Press.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Escolas, matrículas e frequência no ensino primário do Paraná, em 1893.....	159
Tabela 02 – Escolas primárias no Paraná, em 1894.....	160
Tabela 03 – Escolas, matrículas e frequência no ensino primário do Paraná, em 1895.....	161
Tabela 04 – Escolas primárias no Paraná, em 1896.....	163
Tabela 05 – Escolas primárias no Paraná, em 1897.....	164
Tabela 06 – Escolas primárias no Paraná, em 1898.....	165
Tabela 07 – Escolas e matrículas no ensino primário do Paraná, em 1900.....	166
Tabela 08 – Escolas e matrículas no ensino primário do Paraná, em 1901.....	167
Tabela 09 – Escolas e matrículas no ensino primário do Paraná, em 1902.....	169
Tabela 10 – Escolas e matrículas no ensino primário do Paraná, em 1903.....	171
Tabela 11 – Escolas e matrículas no ensino primário do Paraná, em 1904.....	172
Tabela 12 – Escolas e matrículas no ensino primário do Paraná, em 1905.....	173
Tabela 13 – Escolas e matrículas no ensino primário do Paraná, em 1906.....	174
Tabela 14 – Escolas e matrículas no ensino primário do Paraná, em 1907.....	175
Tabela 15 – Escolas e matrículas no ensino primário do Paraná, em 1908.....	177
Tabela 16 – Escolas e matrículas no ensino primário do Paraná, em 1909.....	178

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01 – Bandeira do estado do Paraná em 1892.....	313
Imagem 02 – Feriados das escolas públicas brasileiras em 1907.....	320

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
A <i>REGENERAÇÃO</i> DA EDUCAÇÃO PARANAENSE.....	32
1. ECONOMIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NA PRIMEIRA REPÚBLICA: REALIDADE CONTRADITÓRIA NO PARANÁ.....	37
1.1 O campo econômico.....	37
1.2 O campo social.....	50
1.3 O campo político-educacional.....	65
1.3.1 A República no Paraná e as exigências para a instrução primária..	72
2. INSTRUÇÃO PRIMÁRIA, ENSINO PÚBLICO E OS ELEMENTOS ECONÔMICOS E POLÍTICOS DE SUA FUNDAÇÃO E MANUTENÇÃO NO PARANÁ.....	94
2.1 A Constituição Brasileira de 1891.....	94
2.2 Políticas, economia e instrução primária: crises, investimentos e a tentativa de implementação.....	91
2.2.1 Políticas, economia e instrução primária: o movimento geral na primeira década da República no Paraná.....	91
2.2.2 Políticas, economia e instrução primária: o movimento geral na segunda década da República no Paraná.....	108
2.3 A liberdade de ensino no Paraná.....	119
2.4 Obrigatoriedade e direito ao ensino no Paraná.....	133
2.4.1 Estatísticas das escolas primárias públicas no Paraná.....	157
2.5 Grupos Escolares no Paraná.....	179
3. LEGISLAÇÃO SOBRE A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA NO PARANÁ: ELEMENTOS DO EXERCÍCIO PEDAGÓGICO E A MORALIZAÇÃO ESCOLAR.....	193

3.1	Currículos na história da instrução primária paranaense: o ensino de geografia, da história, da língua vernácula e a tentativa de nacionalização.....	194
3.2	Modos, métodos, o ensino intuitivo e o prático.....	212
3.3	Higienização e eugenismo nas escolas paranaenses.....	226
3.4	Educação física, intelectual e a moralização do “corpo” e da “mente”.....	237
3.5	Laicismo vs. catolicismo e as escolas paranaenses.....	247
3.6	O ensino e a moral nas escolas paranaenses.....	255
	3.6.1 Castigos escolares e punições.....	264
3.7	Professores e professoras: os <i>regeneradores</i> da sociedade paranaense.....	271
	3.7.1 A Escola Normal, feminização do magistério e a formação do professor de escola primária na perspectiva dos governadores do Paraná.....	272
	3.7.2 Carreira docente: seleção, “progressão” e características da profissão de professor de escola primária no Paraná.....	286
	3.7.3 Disciplinarização, culpabilização, fiscalização do professor da escola primária paranaense e a preferência ao sexo feminino.....	294
	3.7.4 Autoridade moral, “sacerdócio” e a finalidade da educação nas escolas primárias paranaenses.....	310
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	323
	REFERÊNCIAS.....	343

INTRODUÇÃO

O conteúdo dessa pesquisa é resultado de um projeto investigativo de quatro anos sobre a expansão da instrução pública primária¹ no Paraná e a formação do sujeito *regenerado*², entre 1890 e 1909. Tomou-se como referência temporal a primeira lei de educação publicada no estado, após a Proclamação da República, e a última, no final da década inicial do século XX, fase em que foram promovidas modificações na estrutura política paranaense, posteriormente ao falecimento do republicano Vicente Machado.

Por consequência da produção da dissertação “Paraná, imprensa e instrução pública primária: o jornal *A República* (1903-1912)”³, de 2017 a 2019, e a revelação de temas como as exigências internacionais da instrução primária, a ascensão dos Grupos Escolares, o debate sobre o professorado e seus métodos de ensino, compreendeu-se a necessidade do aprofundamento dos estudos sobre a organização da escola elementar pela leitura dos regulamentos educacionais, dos relatórios dos secretários de Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, dos

¹ A tese se trata exclusivamente do estudo da instrução pública, em sua categoria primária ou, elementar. Desse modo, sempre que se mencionar instrução primária se tratará das escolas públicas ou financiadas pelo estado por meio de subvenções e contratos.

² O termo *regenerar* e seus derivados como *regeneração* e *regenerador* foram escritos em itálicos no texto pela relevância recebida na pesquisa. Outrossim, o vocábulo purificação teve sentido igual, mas sem o itálico, por não se encontrar comumente nas fontes.

³ O jornal paranaense *A República* foi um periódico publicado pelo Partido Republicano do Paraná entre 1886 e 1930. No noticiário eram veiculados atos oficiais como decretos, discussões na câmara dos deputados, projetos de leis, leis aprovadas, informações e debates do mundo político-partidário, colunas independentes sobre religião, medicina, instrução, sociedade e cultura, além de curiosidades, poesias, anedotas, notícias populares e propagandas de incontáveis empreendimentos da capital curitibana. Dezenas foram seus proprietários e redatores, usualmente, com identificação ao Partido Republicano, a quem servia prioritariamente o jornal. Nem sempre, todavia, seus donos eram republicanos, preocupando-se em algumas ocasiões somente com lucro e responsabilizando totalmente os redatores pelas discussões estabelecidas. Dentre os redatores mais requisitados, um deles foi Vicente Machado, o político mais conhecido e efetivo das primeiras décadas republicanas no Paraná, falecido no meio de seu mandato de governador em 1907, aos 46 anos. O *A República* foi publicado sem interrupções até a Revolução de 1930, quando foi suprimido permanentemente. Para conhecer a história completa do jornal, consultar a seção *Imprensa republicana e a história do jornal A República*, da dissertação *Paraná, imprensa e instrução pública primária: o jornal A República (1903-1912)*, defendida em 2019 por André de Souza Santos, no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Maringá (UEM), na linha de História e Historiografia da Educação.

apontamentos dos diretores gerais de instrução pública e das mensagens dos governadores e presidentes de estado⁴ apresentadas ao Congresso Legislativo.

O problema de pesquisa surgiu, por conseguinte, vinculado a demanda escolar do estado do Paraná, que levou ao questionamento de quais as motivações da promoção do direito e da obrigatoriedade do ensino primário no estado, de acordo com os discursos oficiais, relatórios, leis, documentos e imprensa local?

Partiu-se da hipótese de que as intenções se associavam as alterações exigidas pelo republicanismo. Uma *regeneração* social. A situação se deu incitada pelo que nomeou Veríssimo (2013), em *Educação Nacional*, de “inversão da ordem do processo”, visto que, dever-se-ia criar a moral republicana para realizar a transição política sociocultural, todavia, proclamou-se primeiro a República e, consecutivamente, procurou-se formatar o caráter da nova sociedade.

A pressuposição surgiu a partir da confecção do texto de mestrado, ocasião em que os dados obtidos evidenciaram a necessidade do grupo político hegemônico em constituir uma população paranaense que se comprometesse politicamente com a formação de um país livre, democrático e progressista, no sentido em que esses elementos eram concebidos pelos novos governantes.

Em razão disso, uma modificação mais profunda deveria se dar no campo social. Essa transformação vinculava-se a dois eventos determinantes na história do Brasil no final do século XIX: a ascensão de uma sociedade não mais escravocrata, baseada no trabalho assalariado; e a alteração de regime político diante da queda da Monarquia e do *status quo* cristalizado ao longo de mais três séculos sob a organização portuguesa.

O uso da expressão *regenerar* como ação destinada a uma parte da população, exposta recorrentemente no jornal *A República*, foi difundida como palavra de ordem para a constituição de uma camada popular homogênea, que

⁴ “Poderá causar estranheza a alternância dos títulos de presidente e governador para os chefes de governo estaduais na Província ou na República. Durante o período provincial vigorou a denominação de presidente. Na fase republicana do governo provisório prevaleceu a expressão governador. A Constituição estadual de 04 de julho de 1891 restabeleceu o tratamento de presidente.

A Constituição estadual de 07 de abril de 1892 adotou o título de governador, que permaneceu até 1904. A partir daí se restabeleceu, por emenda à Constituição, o antigo tratamento de presidente. Essa última denominação manteve-se até 1930. A Constituição federal de 1934 reintroduziu o título de governador, em vigência até os dias atuais, sem embargo dos períodos de interventoria” (Carneiro; Vargas, 1994, p. 77).

integraria o sujeito na divisão social do trabalho proposta pela nova estratificação, dando-lhe mais que uma identidade nacional, mas, uma posição definida na escala socioeconômica e política.

A *regeneração*, portanto, tornou-se nuclear para a produção da tese⁵, que considerou e interpretou o movimento de estabelecimento da instrução pública primária como manifestação do esforço das classes dominantes em elaborar um processo imediato e contínuo de fixação e fortalecimento da cultura republicana e de ideais, que englobavam desde a aquisição de renda ao comportamento na vida privada.

Irrompida pela problematização proposta, o objetivo geral da pesquisa foi analisar os objetivos, limites e possibilidades do direito ao ensino primário e da obrigatoriedade de matrícula nas escolas paranaenses, ponderando as relações com o elemento nacional e internacional, afinal, havia um apelo à instrução dos povos, exigência debatida pelos paranaenses. Como objetivos específicos:

- Demonstrou-se por meio do conhecimento das circunstâncias econômicas, sociais e políticas do Paraná, a necessidade do estado em criar um programa de homogeneização da população, sobretudo, da parcela considerada apta a compor a nova sociedade, em busca da formação de uma Nação brasileira;
- Debateu-se as leis homologadas, posicionamentos oficiais e os investimentos na escola a luz do direito e obrigatoriedade do ensino no Paraná, considerando a determinante participação da sociedade e da iniciativa particular na proliferação de escolas;
- Revelou-se a tentativa de *regeneração* social colocada em prática nas escolas primárias, por meio de currículos e conteúdo, modos de ensino, higienização e eugenismo, educação física, intelectual e moral, laicismo, educação moral e castigos escolares, tendo o professor como o principal profissional escolhido a essa tarefa, ao averiguar seu processo de formação, planos de carreira, disciplinarização e missão.

⁵ Após a introdução, expôs-se em breve subseção o conceito, a categoria e o entendimento de *regeneração* compartilhado na presente tese.

Na pesquisa de caráter qualitativo investigou-se o ensino, diante do movimento de efetivação de leis para a instrução primária no estado do Paraná. No estudo qualitativo se apreendeu as peculiaridades do objeto e seu universo de origem, de modo a expor ao leitor, mais que uma descrição do que se lê, mas uma interpretação e crítica do objeto e seus sentidos. Conforme Lakatos e Marconi (2009), na

[...] pesquisa qualitativa, primeiramente faz-se a coleta dos dados a fim de poder elaborar a “teoria base”, ou seja, o conjunto de conceitos, princípios e significados. O esquema conceitual pode ser uma teoria elaborada, com um ou mais constructos. Desse modo, faz-se necessário correlacionar a pesquisa com o universo teórico (Lakatos; Marconi, 2009, p. 271).

A investigação teve em vista a elevação dos estados de economia capitalista que visavam, por meio de suas burguesias, produzir e manter tais sistemas mediante a exploração das classes trabalhadoras. A educação teve, nesse caso, a função de formadora e conformadora para a vida que se promovia na conjuntura proposta. É dessa forma que, primeiramente, interpretou-se a institucionalização da instrução primária no Paraná.

Enjeitou-se uma leitura fragmentada dos referenciais, situando-os entre as diligências do Paraná. A estruturação do objeto, motivações e a dinâmica de realização são componentes dessa forma materialista de se ver. Leu-se, por essa perspectiva, os elementos implícitos e explícitos, o que auxiliou na orientação dos objetivos para a instrução primária e na produção de uma teoria. Para clarificar,

[...] a teoria não se reduz ao exame sistemático das formas dadas de um objeto, como o pesquisador descrevendo-o detalhadamente e construindo modelos explicativos para dar conta – à base de hipóteses que apontam para relações de causa efeito – de seu movimento visível, tal como ocorre nos procedimentos da tradição empirista e/ou positivista (Netto, 2011, p. 20).

Renunciou-se a noção de imaginação ou representação por uma historicidade baseada na concretização das propostas. Explicaram Marx e Engels (2002, p. 26), que, a “[...] produção de ideias, de representações e da consciência, está em princípio, diretamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens, é a linguagem da vida real”. Isto é, mártires, distintivos e valores

republicanos foram instrumentalizados e utilizados para a manutenção da materialidade existente e por existir, do controle social, da *regeneração*.

Compreendeu-se que, a invasão do “bando de ideias novas”, expressada por Sílvio Romero (1900), demarcou, em predominância, o movimento positivista/cientificista e o liberalismo que, mais que uma tendência econômica, ampliava-se em uma filosofia política e social da segunda metade do século XIX em diante.

Aprofundou-se o trabalho, especificamente, na discussão paranaense, pelo entendimento de que, apesar de alinhado as políticas nacionais para a educação, o estado apresentou diferenças que se explicam pelas condições de investimentos disponíveis, da comunidade instalada, densidade demográfica, economia rural, industrialismo rudimentar, trabalho infantil e pela elaboração de leis específicas ao ensino obrigatório, imaginado como a solução para o preenchimento das cadeiras escolares.

A primeira seção expressou os componentes econômicos, sociais e político-educacionais que eram marcadores fundamentais ao poder público para efetivar uma organização educacional que fosse capaz de suscitar nos paranaenses a responsabilidade política com a economia em transição, tanto na produção de bens quanto na distribuição, na formulação de uma comunidade participativa, harmônica e solidária, na estabilização e fortalecimento do regime republicano recém erigido no país.

O estudo do erário concatenado a institucionalização do ensino, basicamente, enredou a segunda seção. Deve-se lembrar, nesse caso, que a condição de análise dos dados, entre a divulgação de números e o entendimento desses foi um fator de dificuldade interpretativa, todavia, o resultado, principalmente, na elevação de matrículas nos anos recortados, serviu para ratificar o moroso, porém, contínuo investimento em instrução primária.

A seção dois, à vista disso, constituiu-se como um referencial da formalização da educação elementar no Paraná, por meio do dispêndio estatal com instituições públicas e subvencionadas. Não seria exequível, de outro modo, esse crescimento das escolas sem a participação dos particulares. A política de direito e obrigatoriedade, por sua vez, abraçou a liberdade de ensino no estado. É disso que

se trata essa parte do trabalho que, por último, apresenta o corolário da modernidade educacional, os Grupos Escolares.

As atividades escolares internas surgiram como preocupação com a elaboração da valoração e comportamento do alunado, tornando-se viável enquanto estudo e dado após as leituras das fontes, compondo a terceira seção. A produção da escola primária no Paraná retirou das leis suas diretrizes fundamentais, regulamentos esses que divulgavam a espécie de sociedade requerida, a começar pelos estudantes, republicanos em crescimento.

Evidenciou-se os propósitos do direito à educação e da obrigatoriedade do ensino primário, das disciplinas que deveriam promover a nacionalização e inventar novas tradições, do quefazer didático-metodológico, da educação física, intelectual e moral como condição de preparação da personalidade inteligente, civilizada e forte, do higienismo como constituição de povos limpos, saudáveis e eugenizados, como forma de orientação comportamental individual e relacional, do professor como agente *regenerador*.

Aliás, se há uma personagem que se distinguiu por sua ampla responsabilidade foi o mestre. Em um período de passagem das escolas isoladas aos Grupos, o professor era completamente responsável pelo funcionamento das instituições e suas atribuições mereceram destaque. Pensou-se no profissional de educação como agente da objetivação do direito ao ensino, pois sem o seu protagonismo pouco se faria na Primeira República. Os limites dessa pesquisa exploraram a condição fundamental do professor para a efetivação do direito, não por considerar o trabalho docente superior, mas imanente a materialização do ensino.

Finalmente, na análise das leis constituídas, apreendeu-se as conexões entre os itens da obrigatoriedade e do direito à educação com os artigos apresentados nesses documentos. Esse objetivo se tornou imprescindível na medida em que se imagina uma diretriz estruturada, sequenciada mecanicamente e composta de interdependências entre os expostos que pretendem satisfazer toda uma proposição educacional, com vistas a um tipo de sociedade requerida.

A viabilidade do esquadramento das leis foi assegurada pelo periódico paranaense *A República*, órgão oficial dos republicanos fundando em 1886 e do governo paranaense a partir de 1889, alocado na Hemeroteca da Biblioteca

Nacional Digital, liberado no link: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Após a desoficialização, em 1912, voltou a exibir documentos oficiais, bem como as atas do Congresso, até a extinção em 1930. O *A República* foi substancial a pesquisa, pois não apenas noticiava a trajetória regulamentar paranaense, mas sua concretização, ao informar a implementação das propostas. Os regulamentos utilizados foram os seguintes:

- Decreto nº 31, de 29 de janeiro de 1890 – **Regulamento da Instrução Pública** (Paraná, 1911a);
- Ato de 30 de março de 1891 – **Regulamento para a Instrução Pública** (Paraná, 1891a);
- Ato de 14 de maio de 1891 – **Aprova Regulamento do Ensino Obrigatório** (Paraná, 1891b);
- Lei nº 42, de 12 de julho – **Reforma o ensino popular do Estado** (Paraná, 1911c);
- Decreto nº 2, de 24 de agosto de 1892 – **Estabelece a reforma do ensino popular no Estado** (Paraná, 1911b);
- Lei nº 136, de 31 de dezembro de 1894 – **Reforma o ensino público do Estado** (Paraná, 1911g);
- Decreto nº 35, de 09 de fevereiro de 1895 – **Regulamento da Instrução pública do Estado do Paraná** (Paraná, 1911i);
- Lei nº 365, de 11 de abril de 1900 – **Dá novo plano ao ensino do Ginásio Paranaense e sobre outros pontos de instrução pública** (Paraná, 1929a);
- Decreto nº 93, de 11 de março de 1901 – **Manda observar o Regulamento de Instrução Pública do Estado** (Paraná, 1929b);
- Decreto nº 263 de 22 de outubro de 1903 – **Regimento Interno das Escolas Públicas no Paraná** (Paraná, 1929c);
- Decreto nº 479, de 10 de dezembro de 1907 – **Regulamento da Instrução Pública** (Paraná, 1908);
- Decreto nº 510, de 15 de outubro de 1909 – **Regulamento Orgânico do Ensino público do Estado** (Paraná, 1910).

Os relatórios dos presidentes/governadores do Paraná foram encontrados no site <http://ddsnext.crl.edu/titles/179> e no *A República*. Dos secretários, diretores

gerais de instrução pública e inspetores escolares estão armazenados no site do Arquivo Público do Paraná, situados na aba de Documentos Históricos: <https://www.administracao.pr.gov.br/ArquivoPublico/Pagina/Relatorios-de-Secretarios-de-Governo>.

Essa classe de documento guarda certo limite no uso. Na condição de dever público, juridicamente, apresenta uma versão oficial, ou, nos termos de Souza (1998), “autorizada”, “contaminada”, diante do contexto e da posição dos sujeitos, nesse caso, das autoridades máximas do executivo estadual e os funcionários das pastas. Isso não impede, destarte, de se reconhecer essas fontes como autênticas a data em que foram elaboradas e as expressões do período em questão.

Consultou-se para o trabalho, desde estudos nacionais aos regionais sobre a história e historiografia da educação, como os atuais Dermeval Saviani, José Luís Sanfelice (1949-2021), Casemiro Reis Filho, Maria Luísa Santos Ribeiro, Rosa Fátima de Souza, Luiz Antonio Cunha, José Gonçalves Gondra, além de clássicos como Jorge Nagle (1929-2019), José Veríssimo (1957-1916), Rui Barbosa (1849-1923), e outros. Referências internacionais como Lorenzo Luzuriaga (1889-1959) e António Nóvoa foram utilizados.

Apesar de não se encontrar escritos especificamente direcionados ao direito e obrigatoriedade da instrução pública primária no Paraná, algumas produções serviram de referência para se entender aspectos destacadas na implementação dos sistemas educativos no estado.

As contribuições mais significativas sobre a realidade paranaense da Primeira República foram das pesquisadoras Maria Cristina Machado⁶, Maria

⁶ Consultou-se a tese para professora titular *A instrução pública no estado do Paraná republicano: (des)continuidades da legislação educacional (1890)*, de 2015, e os artigos *A política educacional do estado do Paraná no Brasil Republicano (1889 a 1900): o debate sobre obrigatoriedade e liberdade de ensino*, de 2013; *A educação nos anais da Constituinte Republicana do Estado do Paraná – 1892*, de 2013, produzido em parceria com o professor Carlos Roberto Jamil Cury; *O ensino primário e a política educacional do Paraná (1890-1892)*, de 2012 e *A organização da instrução pública no estado do Paraná no início da República: o decreto nº 31 de 29 de janeiro de 1890*, de 2010, ambos produzido em parceria com a pesquisadora Cristiane Silva Melo.

Cecília Marins de Oliveira⁷, Maria Elisabeth Blanck Miguel⁸, Denílson Roberto Schena⁹, Erasmo Pilotto¹⁰ (1910-1992) e do contemporâneo Dario Vellozo¹¹ (1869-1937).

Destaca-se, pela proximidade e atuação, as realizações do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação, Intelectuais e Instituições Escolares (GEPHEIINSE), fundado em 2006 e liderado pelas professoras Maria Cristina Gomes Machado e Analete Regina Schelbauer, na Universidade Estadual de Maringá (UEM), que têm se desdobrado na pesquisa da instrução primária pública, da educação rural, da formação de professores, da direção e inspetoria do ensino paranaense, do ensino secundário e tantos mais, explorando distintas fontes como imprensa política e pedagógica, revistas, relatórios de agentes escolares e políticos, leis e produções bibliográficas.

O aprofundamento nos discursos, emblemas e leis do Paraná direcionou os estudos as teorias desenvolvidas pelos positivistas, sobretudo, as produções de

⁷ Consultou-se a tese de doutorado *Ensino Primário e sociedade no Paraná durante a Primeira República*, de 2004, e os artigos *Políticas e investimentos do governo do Paraná na rede pública de ensino (1889-1930)*, de 2006; *Organização escolar no início do século XX: o caso do Paraná*, de 2001 e *As escolas primárias no Paraná: estudo retrospectivo de 1827 a 1928*, de 1989.

⁸ Consultou-se os artigos *Ordem e progresso: ideais republicanos e a educação escolar na Primeira República, no Paraná*, de 2017; *Educação paranaense no processo de formação de professores no Brasil republicano: a contribuição do compêndio de pedagogia de Dario Vellozo*, de 2012, produzido em parceria com a professora Marlete dos Anjos Silva Schaffrath; *A reforma da Escola Nova no Paraná: as atuações de Lysímaco Ferreira da Costa e de Erasmo Pilotto*, de 2011 e a *Coletânea da documentação educacional paranaense no período de 1854 a 1889*, de 2000.

⁹ Consultou-se a dissertação *O lugar da Escola Primária como portadora de um Projeto de Nação: o caso do Paraná (1890-1922)*, do ano de 2003.

¹⁰ Consultou-se o livro *A educação no Paraná (síntese sobre o ensino público elementar e médio)*, de 1954.

¹¹ Consultou-se o *Compêndio de Pedagogia de Obras IV*, versão publicada em 1975, com a primeira publicação em 1907.

Auguste Comte¹² (1798-1857), Herbert Spencer¹³ (1820-1903) e Émile Durkheim¹⁴ (1858-1917), que efetivamente são correspondidos nos regimentos, direcionamentos e objetivos escolares, ao longo das duas primeiras décadas.

A dissertação de mestrado intitulada *Paraná, imprensa e instrução pública primária: o jornal A República (1903-1912)*, defendida em 2019 pelo autor dessa tese fez parte das consultas referentes ao estado do Paraná. Buscou-se, assim, avançar nos saberes e contribuir para o esclarecimento do debate em história da educação no Paraná, área que vem se ampliando com a descoberta de novas fontes e a quantificação dos pós-graduandos que enfrentam um Estado que não financia e nem estimula os avanços da ciência investigativa.

Por meio do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Maringá (UEM), não só se avançou no conhecimento da história da educação, mas se encontrou importantes elementos para a tentativa de compreensão do fenômeno educacional em suas dimensões políticas, sociológicas, filosóficas, econômicas e culturais. A ideia de *regenerar* a sociedade, por exemplo, foi significativamente encontrada nos jornais e relatórios oficiais, o que chamou a atenção de estudiosos sobre os fins da instrução pública.

O conhecimento sobre esse tema se tornou importante para a história da educação no Paraná na medida em que as ideias de *regeneração* atingiram desde a produção de regimentos às práticas educacionais, o que classificou a escola, de certo modo, como o espaço de redenção social e o mestre como o *regenerador* de uma sociedade considerada politicamente e economicamente antiquada e longe

¹² Consultou-se o *Curso de Filosofia Positiva*, produzido entre 1830 e 1842, *O discurso sobre o Espírito Positivo*, de 1844; *Discurso Preliminar sobre o conjunto do Positivismo* (1848) e o *Catecismo Positivista* (1852). Essas obras foram publicadas em um livro só pela coleção *Os Pensadores*, em 1878.

¹³ Consultou-se *Como elevar o nível intelectual de nossos jovens*, publicado originalmente em 1861, lido pela edição da Ediouro, de 1895 e *Educação intelectual, moral e física*, de 1863, lido em uma publicação do ano de 1927.

¹⁴ Consultou-se o curso de *Educação Moral* realizado entre 1902-1903 e repetido entre 1906-1907, na Sorbonne Université, em Paris. A publicação desse curso ocorreu apenas em 1934, pelo discípulo de Durkheim, Paul Fauconnet. Foi produzida uma obra com dezoito lições das vinte. A primeira era a aula inaugural do sociólogo na Sorbonne e a segunda se referia a *Natureza e Método da Pedagogia*. Utilizou-se o livro contendo as duas primeiras lições, o *Educação e Sociologia*, 5. ed., de 2014, publicado pela editora Vozes, e *A Educação Moral*, publicado pela Edipro, em 2018.

dos interesses do ruralismo emergente, conforme a percepção dos partidaristas e veículos de notícias da imprensa.

Com o levante político-militar¹⁵ que tornou o Brasil uma República Federativa e suas províncias em estados federados, em 1889, acentuaram-se as discussões sobre a escola primária, sua solidificação, finalidades e a incumbência de promover a unidade nacional e a alfabetização, enraizar os símbolos republicanos, formar para o trabalho ou para estudos posteriores e satisfazer a paisagem do arranjo social imaginado pelas lideranças (Veríssimo, 2013).

Reconheceu-se, ao se estudar a história do Paraná republicano, por meio das consecutivas aprovações de diretrizes educacionais, de relatórios e mensagens, o esforço do poder legislativo e executivo de institucionalizar a *instrução primária*. As leis apresentavam tanto características locais quanto gerais, alinhadas aos preceitos modernizadores do século XIX, caracterizados na criação dos Estados Nacionais, na abolição da escravidão e implementação da mão de obra assalariada, na democratização, nas estruturas de serviços jurídico/policial, de saúde e de saneamento, no cientificismo positivista, e outras (Hobsbawm, 2015).

Na Primeira República, todavia, notava-se um problema central na escola: a ausência de condições para a frequência estudantil. Pouco adiantariam as construções de Grupos Escolares, modelo de escola primária iniciado em São Paulo em 1893, a qualificação na formação dos mestres nas Escolas Normais e Escolas Modelos ou a inserção de novos métodos como o intuitivo, se a assiduidade discente continuasse baixa em contrastante com o alto índice de analfabetos. A matrícula compulsória foi a resolução inicial a essa tribulação.

Em meio a modificações e as afirmações dos membros federados no Brasil, tornou-se mais intenso o reclame a uma sociedade contratual, juridicamente igual, tendo como base o direito a saúde, segurança e educação. Nesse sentido, republicanos, liberais e conservadores pouco se diferiram, demonstrando desde a

¹⁵ A partir dos anos de 1870, no Brasil, aprofunda-se o movimento republicano enquanto organização político, isto é, sai da esfera das discussões e ideias e torna-se manifesto, estatuto e partido. Em que pese os condicionantes de variadas naturezas como as religiões, a ciência, o partidarismo tradicional, o regime governamental, o republicanismo apresenta-se como alternativa partidária aos conservadores e liberais, tendo como pauta o abolicionismo, o trabalho livre, o voto e a liberdade de mercado. Advogados, professores, políticos e, sobretudo, militares, encabeçaram as fileiras de contestação a monarquia e das possíveis soluções sociais e econômicas de uma mudança. Os expoentes Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto seriam os primeiros presidentes republicanos com patente militar (Santos, 1989).

Independência a intenção de instruir o povo, como por exemplo, na Lei de Primeiras Letras em 1827, que mandou “[...] criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império” (Brasil, 1827), na Reforma Couto Ferraz, em 1854 e na Reforma Leôncio de Carvalho, em 1879, com destaque as lições de coisas.

O direito e gratuidade à educação, contudo, não seriam suficientes para preencher as classes. Por isso, a obrigatoriedade dos responsáveis em matricular as crianças sob ameaças de multas e prisão caso não o fizessem uniu-se a oferta do Estado, envolvendo e comprometendo o poder público e a sociedade na educação das novas gerações, e, por vezes, dos adultos, que despertassem o desejo pela instrução primária.

No formato de *Estado Capitalista* adotado pelo Brasil, “[...] o Estado ou o que é estatal não é público ou do interesse público, mas tende ao favorecimento do interesse privado ou aos interesses do próprio Estado, com a sua autonomia relativa” (Sanfelice, 2005, p. 91). Disso é que se tratava o ensino para alguns líderes brasileiros na Primeira República: interesse na maximização de seus lucros e controle social, pois, no fim, a economia de subsistência rural parecia satisfazer os camponeses, a maioria, mas não as massas retirantes, que começariam a se acumular nos centros urbanos.

Essa conjuntura era uma realidade na Europa do fim do século XIX, devido as revoluções industriais e a politização inspirada, especialmente, na Revolução Francesa. A oficialização federal do ensino primário como gratuito e obrigatório em escolas oficiais brasileiras data de 16 de julho de 1934, com a homologação da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (Brasil, 1934). As alterações, no entanto, ocorreram antes, nas assembleias legislativas e executivos de cada estado, que detinham a responsabilidade sobre a instrução primária desde o Ato Adicional de 1834, compromisso mantido na Constituição de 1891.

O Paraná envolveu-se ativamente nesse movimento, como expressa o Regulamento de 1857, que expôs em seu Artigo 1º que, o “[...] ensino primário na Província será dado em escolas públicas e particulares; as primeiras serão fundadas pelo Governo gratuitamente para todos [...]” (Miguel, 2000, p. 21). O ensino obrigatório dispunha de tamanha importância que, em 1891, aprovou-se no

Paraná um específico Regulamento do Ensino Obrigatório, obrigando a matrícula de crianças de 6 (seis) a 13 (treze) anos (Paraná, 1891b).

As alegações adentraram o século XX e, pode-se assinalar, toda a Primeira República, como visto na edição 85, de 1903, do jornal *A República*, que reproduziu as sessões do Congresso Legislativo. A Comissão de Reforma da Instrução formada por Sebastião Paraná (relator), Sant'Anna e Annibal Esteves, no Parecer nº 67, pontuou que, desde “[...] o tempo do Império que a obrigatoriedade escolar figura como letra morta nos nossos regulamentos de ensino. Que vale enfeitar a lei, fazer figurar nela a inexecutável obrigatoriedade de ensino, se faltam os meios práticos para a execução? [...]” (*A República*, 1903, num. 85, p. 1, col. 5).

Os meios práticos ou materiais a que se referiam foram as maiores dificuldades notadas na leitura das fontes escolhidas, para a implementação do ensino. A tese vai ao encontro, portanto, de duas tentativas assumidas pelo governo estadual do Paraná no começo da República: a primeira, criar uma clientela estudantil, independente dos modos de oferta, por intermédio de leis; a segunda, *regenerar* os estudantes dos possíveis vícios, incoerências e amores por outras pátrias, símbolos e heróis, que não os da narrativa histórica brasileira.

O trabalho foi dividido em três seções, excluindo-se a introdução e as considerações finais: a primeira, intitulada *ECONOMIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NA PRIMEIRA REPÚBLICA: REALIDADE CONTRADITÓRIA NO PARANÁ*, apresenta o cenário político-econômico, social e seus desdobramentos para a promoção da instrução pública; a segunda, *INSTRUÇÃO PRIMÁRIA, ENSINO PÚBLICO E OS ELEMENTOS ECONÔMICOS E POLÍTICOS DE SUA FUNDAÇÃO E MANUTENÇÃO*, explora aspectos político-educacionais que se associavam a oferta da escola como gratuita, laica e obrigatória, perante as modificações legais para a instrução primária; a terceira, *LEGISLAÇÃO SOBRE A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA NO PARANÁ: ELEMENTOS DO EXERCÍCIO PEDAGÓGICO E A MORALIZAÇÃO ESCOLAR*, dialoga sobre a produção e manutenção de um gênero escolar específico, que oferecia uma formação cívica, física, comportamental, intelectual e moral, estabelecendo um novo parâmetro de homem paranaense.

A investigação aqui exposta é uma contribuição ao desenvolvimento de pesquisas em história da educação, principalmente, da instrução primária do estado

do Paraná. Pode auxiliar, desse modo, tanto na evidenciação de fontes significativas ao estudo da implementação sistemática do ensino elementar na região, quanto no oferecimento de ferramentas teóricas que funcionaram chaves de interpretação às políticas públicas educacionais para a educação paranaense da Primeira República.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após essa produção, entende-se que a história da instrução primária no Paraná é um campo a se desbravar. Por mais que estudos como o presente se esforcem para produzir um material relevante e auxiliar nas novas investigações, as documentações, os relatórios, os objetos e as memórias do ensino são de difícil acesso e demandam, por vezes, deslocamentos, hospedagens e situações que exigem condições financeiras razoáveis.

Por outro lado, a informatização documental recente se desenvolve a medida em que o poder público e os pioneiros da educação se empenham em organizar, fotocopiar e facilitar o acesso por mídia de materiais antes consultáveis apenas presencialmente. Essa perspectiva é determinante ao avanço das pesquisas e acessibilidade, sobretudo, da classe trabalhadora, àquilo que ficaria reservado apenas aos abastados.

Dessa forma, conseguiu-se realizar esse estudo, apesar do desemprego no primeiro ano de escrita, dos impedimentos da Covid e de outros motivos particulares. As fontes acessadas, leis da instrução, relatórios de presidentes e governadores dos estados, mensagens dos secretários e dos diretores gerais da instrução, tudo isso, tornou-se alcançável por esse empenho dos entusiastas da ciência e da história da educação.

O foco, inicialmente, voltou-se para a compreensão dos desdobramentos da implementação do direito e da obrigatoriedade da instrução primária, questionando-se “quais as motivações da promoção do direito e da obrigatoriedade ao ensino primário no estado, de acordo com os discursos oficiais, relatórios, leis, documentos e imprensa local?”.

Apesar do encontro de poucas referências que tratavam exclusivamente das intenções públicas com o preenchimento dos bancos escolares por meio da legislação, as motivações para instruir o povo paranaense situavam-se desde suprimir a ignorância popular, sobretudo, com a eliminação do analfabetismo, até a criação de nacionalistas, preocupados com os rumos da sociedade, da cultura e da economia.

Para se entender as necessidades da instrução primária se fez, antes de tudo, um estudo das características econômicas, das populações existentes no estado e do potencial do ensino para a qualificação social e aprimoramento do trabalho. A economia, de certa forma, balizou as circunstâncias e configurações que exigiriam da educação um empenho para além da formação básica, mas um processo civilizador.

Povoado por uma comunidade dispersa e multiculturalizada, o Paraná republicano, na condição de estado federado, organizou-se para implementar os atendimentos básicos por meio da burocracia moderna e das estruturas vigentes, considerando que as condições materiais não permitiam um avanço significativo e ligeiro, tendo na exportação do mate sua principal fonte de renda. A revolução apregoada pelos republicanos, nesse caso, ficou na dimensão do discurso.

A imigração europeia, método sistematicamente utilizado no princípio da República para a criação de uma massa de trabalhadores assalariados, que dessem conta de substituir as pessoas escravizadas e libertas, trouxe a solução para a economia, mas, um problema, para a formação da identidade nacional. As culturas vinculadas a esses povos, somada a riqueza dos povos indígenas, dos africanos, dos afro-brasileiros, dos sertanejos e dos camponeses, exigia uma atitude oficial para acolher e, concomitantemente, homogeneizar a comunidade instalada em aldeias, colônias, fazendas e outros locais.

A homogeneização a que se referia, no entanto, não incluía os povos originários, “caboclos” e “ex escravos”, considerados incompetentes para contribuir à construção da Nação do Brasil. Havia, sim, uma preferência pela ocupação de europeus nos distantes campos paranaenses, empreendida desde os planos históricos de colonização desenvolvidos pelo legislativo e executivo, até a implantação de escolas e serviços.

Ao se levar em conta as dificuldades financeiras apresentadas nos documentos e relatórios, principalmente, na primeira década republicana, em meio a guerras e crises econômicas com o mate e as exportações, pode-se afirmar que o Paraná manteve um investimento regular no ensino, em especial, na instrução primária, classificando-se o ensino como o segundo atendimento com maior orçamento.

Mesmo assim, não se podia oferecer escolas a toda a população paranaense sem a contribuição dos particulares na promoção do setor, tanto na edificação de instituições, quanto no trabalho pedagógico. A liberdade do ensino, dessa forma, apresentou-se como determinante ao crescimento do número de alfabetizados, tendo esses espaços uma fiscalização mais amena se comparados aos públicos ou subvencionados.

As escolas em funcionamento por subvenção ou contratos tiveram uma história de ascensão e decadência, tanto na primeira quanto na segunda década da República no Paraná. As privadas, por sua vez, fixaram-se no cenário do ensino como suplemente ao esforço estatal, de modo especial, pelo acolhimento das crianças em situação de risco social, que tinham matrículas gratuitas disponibilizadas nessas entidades.

Pela preocupação com os rumos da sociedade paranaense, amplamente analfabeta e desvinculada da tradição republicana, promover a gratuidade da frequência escolar e, simultaneamente, obrigá-la, foi a fórmula utilizada pelo poder público junto a uma parceria que angariava desde escolas confessionais, largamente difundidas, as fundações de natureza estrangeira, presentes nas colônias.

A contradição desse expediente não poderia ser mais evidente: as fundações católicas não se desenvolveriam ponderando a laicidade oficialmente estabelecida com a Constituição de 1891; as casas escolares estrangeiras, por sua vez, além de não compactuarem da laicidade, tendo os imigrantes um forte vínculo de matriz cristã, não difundiriam um ensino nacionalista, ignorando o simbolismo empreendido pelos “revolucionários” da República.

Independente disso, o aumento do número de matrículas e de instituições conferem êxito a política do estado, sem superestimar, obviamente, o estímulo a instrução, afinal, por mais que se requeria uma modernização liberal da economia e da sociedade, a realidade das regiões brasileiras era de pobreza, trabalhos agrícolas e os perigosos ofícios nos engenhos instalados nas grandes cidades, no Paraná, em Curitiba. Essas tarefas, na prática, não exigiam um estudo avançado.

As transformações estruturais, pelas iniciativas de implantação dos Grupos Escolares, expressaram o caráter modernizador exigido para os municípios centrais, mas revelou descuido e a secundarização da educação no interior, que se

manteria por muitas décadas com o modelo das escolas isoladas, de constituição precária e de difícil organização pedagógica, porém, responsável pelo ensino de milhões de brasileiros historicamente.

Instituir escolas ambulantes foi uma das formas para tentar atender a todas as crianças das regiões isoladas, porém, a regulamentação dessa instituição ocorreu somente no final da primeira década e não foi possível investigar o resultado dessa ação. O que se pode constatar, de acordo com os dados, é que o avanço da escolarização nas zonas de prestígio auxiliou na aceleração do crescimento de municípios privilegiados.

Essa situação foi de encontro as dificuldades cada vez maiores enfrentadas pelos habitantes do campo, diante do fortalecimento das oligarquias e dos latifúndios que forçavam os interioranos a deixarem suas propriedades e se deslocarem para territórios semi urbanizados. A elevação da pobreza, que se acumulava nas cidades metropolitanas, tem como uma de suas origens o não acolhimento de uma população julgada inferior e incapaz por suas origens campeiras.

As escolas paranaenses, nesse sentido, receberam uma parcela limitada de discentes, julgados aptos a receberem instrução. Todavia, a liberdade do ensino permitiu com que grupos peculiares criassem a sua escola, bem como pais pudessem instruir os filhos. Isso ocorria com aquiescência pública que, de todo modo, procurava exercer algum controle, não nos processos, mas, nos saberes que deveriam ser conhecidos.

O estado, portanto, buscou estabelecer um padrão no ensino paranaense, fato revelado pela imposição da língua vernácula e da exigência de exames, mesmo dos particulares, para conferência da capacidade da instrução realizada pelos mestres ou responsáveis fora do regime estatal. Havia uma preocupação com o fortalecimento do sentimento republicano via instrução primária, dessa forma, requerendo a fiscalização de todas as instituições.

Nos discursos e mensagens averiguados, esclareceu-se que o ponto nevrálgico era a criação de uma sociedade renovada, com novos valores, costumes, símbolos, referenciais e exemplos. A atitude se fazia necessária na medida em que a República, além da destituição política, prezou por uma diligência

de destruição das virtudes vinculadas a Monarquia, seja no campo econômico, social, cultural ou educacional.

A instrução primária do Paraná, em razão disso, tinha um objetivo fixado: *regenerar* os residentes do estado. Essa *regeneração* não atingiria a todos, mas os considerados aptos a formação de uma sociedade organizada, obediente e trabalhadora. Esse raciocínio, de imediato, exclui desse processo as crianças negras, indígenas, oriundas do campo e outras, sem condições “morais” ou contaminadas pela “moléstia da pobreza”.

Não havia um atendimento estruturado para todos os candidatos as escolas primárias, notando-se inúmeras brechas para a não matrícula dos menores. Nesse caso, a ausência de condições materiais para acessar o ensino se tornou decisiva na criação dos públicos estudantis paranaenses e estereótipos de cidadão. O processo de exclusão desses não era realizado como imposição direta. Ao contrário, a própria falta de condições, gerada pela desigualdade socioeconômica os expulsava das salas de aula.

Ao que adentrava as escolas, uma sentença se fazia: os homens da nação não nasciam homens e nem da nação. Portanto, um trabalho de nacionalização precisava ser feito mediante a destituição de antigos hábitos e comportamentos mais a criação de novos, associados a Pátria e que deveriam tomar a República como o ápice do progresso político e histórico, inquestionavelmente o único regime capaz de libertar os grilhões da escravidão e atuar junto à população.

A instrução primária, somada a grande naturalização, a instituição do serviço sanitário, policial e judicial, atuou pela promoção de uma nova sociedade, comprometida com a civilidade. O depuramento social, todavia, tinha na escola o seu formato mais acabado, pesando que esse era o local de maior concentração populacional, desde a infância, o que facilitaria a culturalização.

Com o positivismo, corrente filosófica e sociológica, pode-se interpretar de forma mais precisa a organização forjada pela educação paranaense, desde o estabelecimento de conteúdos, métodos, até a moralização do ensino, fato que permeou toda a história investigada nesses vinte anos, seja na legislação, seja nos esclarecimentos dos responsáveis pelas políticas públicas.

Em primeiro lugar, sobre os conteúdos científicos do ensino elementar, associou-os as distribuições encontradas nos textos de Comte (1978),

expressamente por uma lógica categórica e linear, em que os saberes foram hierarquizados ao se arazoarem as possíveis maneiras de aprendizagem escolar e condição de aprendizagem dos estudantes.

Entre os saberes, destacaram-se a geografia e a história, que apareceram no segundo regulamento da era republicana. Era preciso criar uma geografia e uma história Pátria para a promoção de uma narrativa plausível com a ideia de naturalidade da República. O convencimento político, dessa forma, ganhava uma sistematização e profissionais específicos para a tarefa.

A obrigatoriedade do ensino da língua vernácula precedia o esforço pela naturalização. Sem a igualização da linguagem, impossível seria a homogeneização de uma sociedade repleta de imigrantes. Nas escolas estrangeiras esse problema foi significativo, reclamado pelos inspetores da instrução que viam nessas instituições o perigo da manutenção de culturas não nacionais no país, dificultando o plano nacionalizador.

O método intuitivo, ou, na linguagem de Spencer (1985), da faculdade da observação, foi paulatinamente adotado nas escolas paranaenses, sobretudo, nas mais estruturadas, afinal, demandava implementos didáticos que requeriam dispêndio extra no orçamento público, condição difícil no início da República no Paraná. Os Grupos Escolares, por sua arquitetura, foram os primeiros privilegiados a receberem os materiais.

Com o tempo, o intuitivismo tornou-se um modo específico de trabalho com as ciências naturais, ainda que intelectuais como Calkins (1950) defendiam a possibilidade de trabalho, inclusive, com a linguagem, salientando que os códigos numéricos e linguísticos guardavam relação direta com suas significações, o que, de forma simbólica, poderia auxiliar no desenvolvimento dos raciocínios.

A praticidade devia ser a filosofia da instrução primária, afirmando o governador que, pelo menos o ensino das primeiras letras deveria ser feito para que os paranaenses tivessem condições mínimas de continuarem a se instruir por conta própria no futuro e acessarem o mercado de trabalho que, como se indicou, não exigia rigidamente um grande histórico estudantil, exceto as profissões liberais, no jornalismo, direito, etc.

O processo de *regeneração* teve seu apogeu na tentativa de higienização da população paranaense. A urgência da qualificação do serviço sanitário, tendo o

Paraná, até mesmo, criou uma polícia sanitária no século XIX, foi o argumento principal para a tomada da escola como o espaço básico e fundamental da criação de práticas de higiene, exercendo controle sobre a limpeza, vacinação e comportamento do alunado.

O higienismo englobou desde os aspectos físicos das instituições até o asseio corporal e a atitude das crianças, concorrendo para a elaboração de manuais de higiene expressos nas leis do ensino e em normas gerais. A preocupação foi visível nos discursos oficiais das autoridades, incluindo a análise das estruturas escolares, disposições de salas e carteiras, preservação do espaço físico e recomendações pessoais aos professores.

Dentre os meios, a higienização deveria ser implementada na escola pela ginástica higiênica, conteúdo da educação física. Essa disciplina, que se unia ao ensino intelectual e moral, deveria controlar corporalmente os alunos e isso não se tratava somente das sequências de exercícios militares solicitados, mas da forma como se sentar, a ocupação do tempo para além das “atividades intelectuais”, a recreação para aliviar a tensão da aprendizagem e outras manifestações.

A tríade formada pela educação física, intelectual e moral tinha no último o elemento mais poderoso para completar o ciclo *regenerador* pela instrução. O problema, entretanto, é que o moralismo exercido na época estava altamente vinculado aos caracteres religiosos e, por mais que a separação entre a Igreja e o Estado em 1891 exigia a laicidade como atitude pública, a instrução paranaense não era realizada unicamente pelos republicanos.

A participação da Igreja Católica na escolarização das novas gerações com entidades e mestres, no Paraná, não permitia que o projeto de laicização atingisse a sua culminância, bem como obstruía uma ideia de moral laica, que não considerasse os preceitos cristãos como motivação a vivência social ética e estética. Esse contexto era igual ao das escolas estrangeiras, permeada por seguidores de Cristo e correligionários de sua fé e moral.

Esse fato não impediu, todavia, a tentativa de moralização da população por meio da escola. A educação moral, que não deveria ter caráter de disciplina ou curso, foi implementada, especialmente, sobre a noção do civismo, que se tornou uma filosofia educacional. Além de motivar eventos e cerimônias nacionalistas,

procurou estabelecer uma moralização laica, rivalizando-se, de certa forma, com as instituições administradas por sacerdotes e irmãs.

Enquanto o religioso era o “eleito” para auxiliar na *regeneração* dos fiéis, o professor foi escolhido para *regenerar* a sociedade laicizada, por meio de uma instrução primária que se preocupava em equalizar a linguagem, os conteúdos, os métodos, a preservação e o uso do corpo/mente e as relações sociais, primeiramente, dos discípulos-discentes, posteriormente, na vida adulta, dos cidadãos detentores do orgulho nacional.

A escola tornava-se uma criadora de sociedade, tendo o professor a tarefa de civilizá-la e nacionalizá-la. De outro modo, a condição de trabalho em que o mestre estava inserido, as dificuldades estruturais das escolas, a ausência de materiais, a irregularidade da frequência, eram alguns dos desafios a serem superados pelos docentes que, para isso, enfrentariam problemas de deslocamento, de condições para a subvenção institucional e outros que tornavam a profissão arriscada.

O apelo a formação Normal aos professores, que acompanhou a edificação dos primeiros Grupos Escolares, demonstrou a pretensão do estado em criar um coletivo de profissionais qualificados para a tão árdua tarefa. Com a formação, deveriam substituir os professores considerados limitados que, na maioria das vezes, conheciam somente a leitura e a escrita. Dessa forma, elitizou-se o ensino paranaense, concentrando-se o(a)s normalistas na capital e nos grandes centros.

Os mestres considerados ruins ficaram responsáveis primordialmente pelas escolas isoladas rurais e urbanas que, além de distantes dos cuidados estatais, detinham parca estrutura, tendo o professor, muitas vezes, que enfrentar situações incontornáveis, acima de tudo, com as crianças que deixavam as casas escolares para auxiliarem seus pais no campo.

A participação da mulher na instrução primária paranaense foi determinante na multiplicação do serviço. Seja pela maioria na Escola Normal, nos concursos e nas escolas subvencionadas/contratadas, a galhardia do sexo feminino tornou o Paraná capaz de modernizar suas instituições de ensino e métodos, principalmente, com a atuação em um setor que aos poucos foi abandonado pelo homem.

Independente do sexo, uma rígida fiscalização deveria se fazer, para a constatação de que o mestre estava ou não cumprindo suas tarefas. Sua disciplinarização foi encontrada em todas as leis e nos discursos de dezenas de autoridades que não se resumiam a orientar o docente, mas, culpá-lo pelo fracasso do ensino.

Ora, obviamente, a formação ligeira e rudimentar do maior número dos profissionais era uma questão real e problemática à qualificação do ensino. Todavia, os espaços de preparação em todo o mundo começaram a se difundir no século XIX, ou seja, no século estudado e em que esses posicionamentos se faziam. Como, então, esses professores teriam condições de exercerem seu papel com propriedade, tendo em vista, inclusive, que no Paraná se encontrava apenas uma Escola Normal?

Não se trata de acusar os homens públicos paranaenses de negligentes ou demonizá-los, mesmo porque, encontrou-se dados que mostram alguma dedicação na implementação da instrução pública, mas as contínuas e repetitivas críticas ao trabalho do professor, ora acusado de incapaz, ora de desleixado, ora de calaceiro, ora de mentiroso, criariam uma cultura que se enraizou na perspectiva da política, da sociedade e das mídias, até os dias atuais. As condições são sempre favoráveis, os mestres é que são os mandriões.

Para esse tempo, disciplinar o docente era imprescindível por ser o porta-voz do estado, isso explica a rigorosidade. *Regenerar o regenerador* ou, “educador o educador”, era a política para criar um verdadeiro exemplo moral, na escola e fora dela. Um humano acima do bem e do mal, portador de toda a benevolência, tenacidade e amor republicano. Uma autoridade moral, nas palavras de Durkheim (2014).

No tempo em que não havia escolas estruturadas e com corpos de funcionários setorizados, o professor era responsável por tudo. Lecionar, fiscalizar, limpar, contabilizar, recensear a comunidade e incontáveis outros misteres que situavam o mestre, como foi expresso nesse trabalho, na condição de materializador do direito e da obrigatoriedade ao ensino. A inserção na escola era o mestre, a manutenção da escola era o mestre, o ensino era o mestre, o exemplo social era o mestre, enfim, a instrução era o mestre.

Não se podia higienizar, moralizar e *regenerar* os povos sem um simbolismo capaz de preencher as mentes e os corações. A simbologia republicana colocou-se como a referência a doutrinar a consciência, o comportamento e os passos das novas gerações ao futuro, moderno, democrático, livre e solidário. A ordem e o progresso era o lema paranaense e nacional.

Bandeiras, heróis, hinos, sons, cores e valores, entraram em cena na instrução primária paranaense como o alimento espiritual da República brasileira. O projeto, no entanto, e como qualquer outro, tinha suas inconsistências e resistências. A diversidade sociocultural, étnica, religiosa, profissional, não permitiu que um processo purificador pudesse atingir toda a população estadual de forma igual, de modo a torná-la homogênea.

Mais, a existência do simbolismo nativo/indígena, africano/afro-brasileiro, europeu, cristão, maçônico, além de inúmeras tradições de escolas políticas, econômicas, filosóficas, científicas, evidenciaram-se como impeditivos a uma *regeneração* total. Isso não é o mesmo que expressar que nenhum dos valores compartilhados pelo nacionalismo foram absorvidos pelo público do estado. O que ocorreu é que se somaram a outros, ocasionando a ampliação da miscigenação, não só étnica, mas, simbólica.

Da *regeneração* que se tentou, em função dos distintos projetos de Nação, resta um ensinamento: *a palavra cão não morde*. Por mais que se quisesse fazer do símbolo o exemplo, ou ser parte da essência dos povos, incitando comportamentos e emoções, como explicou Benoist (1975), a imagem ou a ideia, por si, não agride e não acaricia, não trabalha ou descansa, não age ou deixa de agir.

Não se pode desprezar, todavia, que o símbolo é eleito por alguns, que intencionam neste uma representação daquilo que se quer, principalmente, da atitude que se deseja. Todo símbolo é invasor e criador de significados. Não agride, mas sugere, não trabalha, mas anima; não age, mas estimula. O simbólico não é a vida, mas não existe vida sem o simbólico.

As contradições encontradas na execução da *regeneração* e aqui expostas se somam a outras, constatadas por estudiosos de inúmeras áreas da história, filosofia, sociologia, antropologia, dentre tantas, que demonstram similaridades e distinções nos resultados obtidos. As dificuldades que se identificou no projeto

republicano podem ser elencadas da seguinte forma, em cinco contrariedades maiores:

1. **O simbólico**, em geral, **não pode ser completamente imposto ou limitado**, considerando-se que a produção das representações não pode ser controlada pois efetiva-se por um processo subjetivo individual;
2. **O higienismo implementado na escola não poderia se efetuar como um *modus operandi* social**, afinal, as condições materiais da sociedade paranaense não permitiam a reprodução desse modelo característico dos Grupos Escolares;
3. **A educação física ou ginástica higiênica**, que se concentravam em práticas militares, confundiam-se em suas práticas a recreação e a esportivização – afinal, eram desenvolvidas igualmente como treinamento e passatempo –, fato que **não permitia uma restrição radical do comportamento, da criatividade e da afetividade**, característica básica da alienação;
4. **A moral e a civilidade não poderiam ser completamente laicas ou estatais**, ao levar-se em conta que as famílias, as religiões, as políticas, os grupos, as classes, detinham princípios semelhantes ou reversos daqueles compartilhados pelo novo regime;
5. **O professor não poderia ser um perfeito regenerador e exemplo social nos moldes exigidos**, expressamente pelo fato de ser: humano, subjetivo, dotado de princípios, valores e virtudes individuais, o que o impedia de dedicar-se integralmente a qualquer causa como um sujeito neutro, apolítico e moralista.

Em conclusão, a maior conquista e legado para a educação paranaense a partir da Primeira República foi a ampla movimentação política realizada em torno da discussão da obrigatoriedade e do direito ao ensino. Os raciocínios ampliaram-se, inclusive, a extensão dessa obrigação a todas as zonas onde havia crianças em idades consideradas passíveis de aprender.

Essa importância tornou-se alvo da produção de legislações e políticas de investimento. Contratos de construção e evento de inaugurações foram encontrados nos exemplares do *A República*, tanto na investigação do mestrado quanto na do doutorado, o que assinala para a materialização de algumas iniciativas educacionais.

Por outro lado, ratificou-se o direito e se obrigou a matricular nas escolas paranaenses com o desígnio de renovar a população, prepará-la para a vida e as condições em transformação, transportá-la a modernidade, homogeneizá-la ao universo republicano, desconsiderando-se que cada grupo, cada sujeito, cada pessoa dessa terra era um universo todo.

A tese constituída, portanto, demonstrou a tentativa de *regeneração* imposta pelos representantes públicos do Paraná em todas as dimensões, etapas e campos possíveis, no que concerne a instrução pública, de acordo com as fontes. Compreendeu-se, por fim, que o ensino absorveu o procedimento seletivo-excludente, distanciando-se da emancipação humana e aproximando-se prioritariamente dos caracteres do capital.

O debate sobre o direito, a obrigatoriedade, a laicidade, o financiamento e os objetivos da educação pública adentraram o século XX, XXI e permanecerão presentes enquanto o ensino for considerado relevante a uma nação. Pode-se afirmar, categoricamente, que, educar formalmente e cientificamente o povo é um consenso entre a maioria dos países do mundo em sociedades urbanizadas.

No movimento do final da Primeira República e do início do governo Vargas, os escolanovistas empreenderam projetos que visaram a ampliação da instrução primária em todo o país, com diferenciações metodológicas e projeção de uma escola capaz de tornar os cidadãos capazes de ocuparem seus postos em uma era de industrialização e globalização.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), redigido por Fernando de Azevedo e assinado por centenas de educadores, evidenciou alguns dos princípios que seriam ratificados na história da educação brasileira e comporiam, inclusive, a Constituição de 1934, que além de promover a obrigatoriedade da instrução primária inova ao registrar a educação e a cultura como questões de interesse público.

O analfabetismo, mais uma vez, colocou-se como problema ao país que, no meio do século XX, tinha mais de 50% de sua população acima de 15 anos nessa condição (INEP [s./d.]). As reformas educacionais, nos anos de 1940, 1950 e 1960, voltaram-se à formação de técnicos por meio do conjunto S e da dinamização do ensino público conciliado a indústria.

Com o Golpe Militar de 1964 e a instituição do AI-5, em 1968, a Educação Nacional tornou-se definitivamente um espaço submisso ao capital, produzindo massivamente trabalhadores por meio de um tecnicismo altamente capacitista e excludente, que ao mesmo tempo em que reduzia o estudante a mão-de-obra barata, configurava o mestre como um gerente de produção, responsável pela apuração do instrumento a ser fornecido ao mercado.

O *valor econômico da educação*, publicado por Theodor Schultz (1967), traduzido no Brasil como *O capital humano: investimentos em educação e pesquisa*, em 1973, referenciou o entendimento público a respeito do sentido do ensino. O objetivo da escola, não mais na socialização da cultura e nem na preparação para as transformações, mas no estático e alienante capitalismo, com ênfase na apropriação do ofício.

Junto aos organismos internacionais e a outras obras como os *Princípios de administração científica*, de Frederick Taylor (1970) e *Tecnologia do ensino*, de Burrhus Frederic Skinner (1972), os militares organizaram a escola como um meio de sobrevivência do liberalismo em sua faceta renovada, a exemplo do neoliberalismo da ditadura de Pinochet (1973), no Chile.

A preocupação, o exílio e o assassinato dos intelectuais brasileiros não os impediram de produzir uma significativa crítica ao panorama da educação e o prejuízo inenarrável dos anos de chumbo. Nesse período, a União deixou de financiar a educação e as leis privilegiaram a criação de uma cidadania acrítica, completamente desvinculada dos interesses das camadas populares, que a essa altura ocupavam não apenas o campo como as cidades.

As pedagogias libertária, libertadora, crítico-social e histórico-crítica, nas imagens de Maurício Tragtenberg, Paulo Freire, José Carlos Libâneo e Dermeval Saviani, emergidas entre os anos 1970 e 1980, simbolizaram o esforço teórico ao criticismo educacional e a revitalização da sala de aula, pensando a prática educativa como uma ação social comprometida com a transformação do *status quo*.

Essas reivindicações atingiram seu ápice a partir de 1979, com a anistia, o fim da ditadura militar em 1985 e as “Diretas Já”. A Constituição Cidadã de 1988 evidenciou o ensino como um direito público subjetivo, isto é, todo e qualquer cidadão brasileiro ou naturalizado deverá reivindicar o acesso e permanência na

escola, como dever essencial e imperativo do poder público federal, estadual e municipal.

Apesar dos avanços, a década de 1990 no Brasil foi marcada pela ascensão do ultraliberalismo, com um intenso número de privatizações e concessões ao empresariado, a carência de universidades e um modelo de estado mínimo com atendimentos quase inexistentes aos pobres. De acordo com o Plano Diretor (1995), o cidadão tornara-se cliente. Na realidade, aprofundou-se sua condição de empregado.

Em 1996 aprova-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ratificando-se o direito público subjetivo e unificando todas as diretrizes do ensino em um só documento. No ano seguinte, regulamenta-se o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), com a promessa de qualificação da Educação Básica.

Ocorre que, nesses anos, as estratégias governistas para desvincular rendas da União ao setor causou deficiência nas pastas associadas a educação. Mecanismos como o Fundo Social de Emergência (FSE), criado em 1994 e transformado em Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), posteriormente, além da Desvinculação de Receitas da União (DRU), aprovada em 2000, retiraram bilhões da educação, isso desconsiderando-se os governos municipais e estaduais que distribuíram equivocadamente o FUNDEB até a reforma de 2020¹⁶ (Davies, 2008)

Apesar disso, nos anos 2000 e meados de 2010, a gestão LuLa e Dilma avançaram no orçamento da União para a educação, saltando de 18 para 103 bilhões entre 2003 e 2015. A educação profissional, de jovens e adultos e outros setores receberam cuidado especial, tanto em recursos, quanto na formação de

¹⁶ Esses programas perpassaram os governos de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Conforme Fernando Haddad (2007), ministro da educação do governo Lula, cerca de 50 bilhões foram retirados da educação de 1994 a 2007 (Davies, 2008).

O FUNDEF, tornado FUNDEB em 2008, objetivavam o desenvolvimento do ensino fundamental, depois, educação básica (englobando a educação infantil) e a carreira do professor desses segmentos. Em suma, não fez mais que redistribuir as rendas vinculadas a pasta de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) entre governos estaduais e municipais. Havia, no entanto, um equívoco corrigido apenas no novo FUNDEB em 2020: a divisão era feita pela quantidade de matrículas, o que significa que, municípios com poucos estudantes, mesmo pobres, recebiam quantidade menores do valor total, inclusive, em comparação ao que haviam contribuído. Estima-se que no período do FUNDEF, até 2022, quase metade dos municípios brasileiros tiveram prejuízo com o programa (Bremaeker, 2003). Apesar da correção das distorções, o Novo Fundeb usa mecanismos excludentes como a premiação por desempenho institucional e de rede.

profissionais associados as bolsas de iniciação e financiamento do curso básico e superior.

Por outro lado, uma parte dos implementos destinaram-se as universidades privadas do ensino que, longe de satisfazerem a inserção massiva da camada popular nas IES, obtiveram nesse dispositivo a considerável possibilidade para captação de renda pública, fato que gerou um crescimento dos particulares nunca visto na história da Educação Nacional. Sistemas como o da Kroton, nos dias de hoje, formam a maior parte dos professores brasileiros.

As crises econômicas e políticas desencadeadas na primeira gestão de Dilma Rouseff a frente do executivo a partir de 2011, sobretudo, com o acelerado encolhimento do Produto Interno Bruto (PIB), condicionaram o capital a se reorganizar e a produzir um dos maiores golpes da democracia moderna¹⁷, encabeçado pelo vice-presidente, o mdebista Michel Temer, que assumiu o executivo em 31 de agosto de 2016, após a votação de impeachment realizado pelas câmaras dos senadores e deputados¹⁸.

Atualmente, a classe trabalhadora enfrenta um grave problema associado a redução das políticas sociais, diante de um cenário de massificação do ultraliberalismo enquanto modelo econômico e perspectiva existencial. De um ponto, a considerável queda dos investimentos em educação, de outro, o estímulo a ilusória meritocracia, que coloca nos ombros de cada pobre a responsabilidade por sua própria condição de explorado.

É possível analisar, na contemporaneidade, desde os dados apresentados nas Leis de Orçamento Anual da União (LOA), até a estrutura física, números de matrículas e de mestres (Censo Escolar/INEP-MEC), além dos marcadores sociais como trabalho infantil, formação e renda, etnia e empregabilidade, e outros apurados pelo IBGE no Censo e na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua).

¹⁷ Considera-se golpe de estado a iniciativa empreendida pela aristocracia e burguesia nacional brasileira em 2016, conciliada aos interesses da classe política tradicional do país. A ex-presidente Dilma Rouseff (PT), acusada de lesar o patrimônio público, teve seu processo extinto em 2022, pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

¹⁸ Nessa ocasião, o futuro presente da república, então deputado Jair Messias Bolsonaro, homenageou o falecido militar coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, condenado por tortura e sequestro. Ustra foi chefe do DOI-Codi, torturando, inclusive a Dilma Rouseff.

Destaca-se, a partir de 2016, o acelerado projeto de destruição da educação básica e do ensino superior público, maquiado por um neotecnicismo supostamente empregador. Para exemplificar, em março de 2016, foi criada a Comissão Interinstitucional para Implementação do CAQi¹⁹-CAQ²⁰, que garantiria padrões mínimos de investimento para a educação de cada aluno da rede básica do ensino. No ano de 2018, contudo, a Portaria nº 142 do MEC, responsável pela organização dos GT's foi extinta.

Ainda em 2016, a Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro, abriu brecha para o fim da obrigatoriedade do ensino das disciplinas de Arte, Educação Física, Filosofia e Sociologia no Ensino Médio, revelando os objetivos transfigurados pelo discurso do aumento da carga horária como sinônimo de qualidade, da imposta autonomia de escolha do aluno aos itinerários oferecidos e do suposto auxílio a empregabilidade.

A Reforma do Ensino Médio aprovada em fevereiro de 2017, de fato, não absorveu todas as proposições iniciais, mas estabeleceu parâmetros vinculados predominantemente ao aprimoramento dos dados de aprovação, sem, entretanto, oferecer soluções para a defasagem no seguimento, para as dificuldades de conciliação entre estudo e trabalho, e para a evasão, consequência previsível em um país de injustiça socioeconômica.

¹⁹ Criado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, o CAQi (Custo Aluno- Qualidade Inicial) é um indicador que mostra quanto deve ser investido ao ano por aluno de cada etapa e modalidade da educação básica. Considera os custos de manutenção das creches, pré-escolas e escolas para que estes equipamentos garantam um **padrão mínimo de qualidade** para a educação básica, conforme previsto na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e no Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014), entre outras leis (Campanha, Online).

²⁰ **O CAQi é o padrão mínimo de qualidade, por isso ele recebe o “i” de inicial. Já o CAQ avança em relação ao padrão mínimo, pois considera o caráter dinâmico do conceito de custo por aluno e também a capacidade econômica do Brasil**, posicionado como 6ª economia do mundo. Assim, **o CAQ é o padrão de qualidade que se aproxima dos custos dos países mais desenvolvidos em termos educacionais**. Ele deve ser estabelecido no prazo de três anos, porém sua implementação pode ocorrer até 2024.

Enquanto o CAQi toma como referência para a remuneração dos profissionais a Lei do Piso Nacional Salarial do Magistério e como jornada escolar dos alunos o tempo parcial (5 horas) – com exceção da creche, que é de 10 horas –, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação entende que o CAQ deve considerar, ao menos, uma jornada de 7 a 10 horas para os alunos e o piso para todos os profissionais da educação pautado no salário mínimo do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) (Campanha, online).

Os efeitos pós golpe atingiram a manutenção da educação, que se aprofundou em uma crise sem precedentes. No fim do ano de 2016, a Emenda Constitucional nº 95 alterou o regime fiscal, congelando a ampliação da rede pública de ensino e de outros serviços básicos, que ficaram condicionados a gastos mínimos, prejudicando todos os seguimentos da Educação Nacional, da educação infantil ao ensino superior (Brasil, 2016).

As eleições de 2018 marcaram não apenas o fim dos consecutivos mandatos de candidatos do Partido dos Trabalhadores (PT) mas, a elevação de um projeto de Estado histórico e radical: a aprimorada implementação do liberalismo, o radicalismo político-ideológico, a centralização do poder no governo federal e a regulação da União. O eleito, Jair Bolsonaro (PSL), junto ao ministro da economia Paulo Guedes, empreenderam uma administração coerente com as reivindicações do mercado, porém, enredada por crises de relacionamento, rupturas e dissimulação.

O ufanismo inicial de grupos nacionalistas foi substituído lentamente por um torpor e sentimento de ódio gerado por um modelo nazifascista de administração, que encontrou atrito, inclusive, entre seus correligionários. A violência do estado só foi atenuada pela recentemente reestabelecida democracia e o aparato jurídico, que travou uma batalha diuturna contra o despertar do racismo generalizado, do higienismo e da profunda estratificação instituída nos últimos anos.

Em termos de educação, propriamente dita, a recessão empreendida pelo governo de Michel Temer (PMDB), a destruição de marcadores de qualidade e a majoração da escola como produtora de mão de obra se uniu aos impetuosos cortes no orçamento do ensino engendrados na gestão Bolsonaro, como se pode verificar na LOA aprovada para 2020, que derrubou o valor da pasta ministerial de 122.951.191.257 em 2019 para 103.114.812.356, e, no ano seguinte, para 75.633.738.586 (Brasil, 2021; Brasil, 2020).

O aumento do investimento na pasta verificado nas LOA's de 2022 e 2023, sobretudo, enlearam-se com as fortes cobranças sobre o Novo Fundeb e a pressão internacional para os planos de recuperação das nações diante da pandemia da Covid-19. Mesmo assim, os valores liquidados não fizeram jus as injustificáveis elevações, desconexas da proposta quadrienal da última gestão.

Constatou-se, após o conhecimento da proposição do executivo para a manutenção da Educação Infantil, a tentativa não apenas de desmonte, mas, de extinção do serviço educacional, com um orçamento que cairia de 151.000.000 em 2022 para insignificantes 5.090.183, em 2023 (Brasil, 2022). Isso, levando em conta a condição de famílias e instituições que perderam bens, pessoas e estrutura recentemente.

O setor da Educação Infantil não foi o único alvo. Os atendimentos capitais da educação brasileira, perpassando da educação básica a especial, tiveram em sua maioria um corte na estimativa de receita da União. Para além da sensação de opressão e da tentativa de criar um estado de emergência em autobenefício, os dados revelam a meta de desestabilizar toda a estrutura do aparelho educacional, de modo a afirmar a narrativa privatista.

Com algum esforço do governo eleito em 2022, novamente Lula e o Partido dos Trabalhadores (PT), aliado as novas articulações, foi possível redistribuir os valores no setor do ensino, aumentando os recursos, principalmente, na “Educação Básica de Qualidade”, na “Educação Superior” e na “Educação Infantil”, que saltou da calamitosa projeção anterior para 355.090.183, um número bastante superior aos da gestão findada (Brasil, 2023).

A governança atual, porém, realizou significativos cortes de verbas em setores fundamentais. Recentemente, mais de 332.000.000 foram bloqueados para a educação básica e superior, vitimando, de modo especial, os mais pobres, pela carência dos transportes escolares, alfabetização e pagamento de bolsas, ênfases do contingenciamento. A saúde e outros setores foram atingidos, totalizando 1,5 bilhão do orçamento homologado em 17 de janeiro de 2023.

A educação brasileira no século XXI está em xeque, tanto em sua existência material, quanto na inserção e prosseguimento dos estudantes nas instituições. Direitos inquestionáveis e inalienáveis voltaram a ser pauta de discussões e reelaborações do capital, que traça em seu horizonte novas formas de produção e obtenção de lucro as custas do mercado do ensino.

Projetos como o Escola Sem Partido²¹ ou o Homeschooling²², somados a exacerbada e conveniente confiança nas tecnologias digitais como instrumentos pedagógicos são destaques em uma época de censura ao pensamento crítico, marginalização das leituras clássicas e supressão da dialogicidade. A dialética no ensino e na aprendizagem, por sua vez, perde espaço para as práticas “utilitaristas”, com o argumento neoescolanovista do preparo do aluno a vida.

O dever do Estado em oferecer a educação básica e a obrigatoriedade dos pais em matricular os seus filhos, emblemas da história da Educação Nacional, atravessam um período de tribulação com o descrédito da escola, estimulado pela ampliação da informatização e a retórica simplificadora de que o saber não é mais exclusividade do professor. Nesse discurso, adultera-se a função social do ensino, que não consiste na limitada transmissão cultural, mas na produção e socialização crítica, emancipadora e humanizadora do conhecimento.

A educação se vincula historicamente, acima de tudo, aos interesses de classe. A exemplo do que demonstrou essa pesquisa, que especificou a análise da instrução pública primária paranaense na Primeira República, desde o currículo até os aspectos didático-metodológicos, perpassando pela relação professor-aluno e as exigências formativas do poder público, a sala de aula é um espaço de luta: de conservação ou transformação.

Não se pode menosprezar, no entanto, a autonomia de mestres e estudantes, especialmente, daqueles oriundos da classe trabalhadora. A percepção *da* classe deve ser conduzida pela conscientização *de* classe e todo o trabalho pedagógico deve prezar radicalmente pela manutenção do Estado Democrático de Direito, pela promoção da justiça social e pela inclusão total. Tornar

²¹ De acordo com o grupo, o Escola Sem Partido “[...] é uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior” (Escola sem partido, Online, 2023). O que se esconde, entretanto, é que a base e sentido original do “antipartidarismo” encontra-se na necessidade de conservar as estruturas sociais, a estratificação econômica e a opressão da classe trabalhadora, afinal, despolitizar o ensino é retirar das camadas populares a principal chance de conhecer e reconhecer-se como a verdadeira geradora do capital e sujeita de direitos expropriados pela elite.

²² O Homeschooling é um modelo educacional que permite aos pais promover a educação básica dos filhos na própria residência. Ultimamente, o deputado Chris Tonietto e as deputadas Bia Kicis e Caroline de Toni, todos membros do Partido Social Liberal (PSL), protocolaram o Projeto de Lei nº 3.262, em 3 de junho de 2019, visando a alteração do Código Penal para descriminalizar os pais que não matriculassem os filhos a partir dos 4 anos, mas realizassem o trabalho de instrução de forma domiciliar (Brasil, 2019).

e tomar a escola como instrumento das camadas populares deve permear todas as ações dos sujeitos do ensino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. Trad. Coord. e Rev. 1. ed. Alfredo Bossi; Rev. da trad. e trad. de novos textos Ivone Castilho Beneditte. 5. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2007.
- ALMEIDA, J. S. de. Mulheres na Educação: missão, vocação ou destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. *In*: SAVIANI, D. [et al.]. **O legado educacional do século XX no Brasil**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2014.
- _____. Vestígios para uma Reinterpretação do Magistério Feminino em Portugal e no Brasil a partir do Século XIX. *In*: SAVIANI, D. [et al.]. **O Legado educacional do século XIX**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2014. (Coleção educação contemporânea)
- ARANHA, M. L. de A. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo, SP: Moderna, 2006.
- ARROYO, M. G. Educandos e educadores: seus direitos e o currículo. *In*: ARROYO, M. G. **Indagações sobre currículo: educandos e educadores: seus direitos e o currículo**. Organização do documento: Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.
- ARRUDA, P. F. **Capitalismo dependente e relações de poder no Brasil: 1889-1930**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2012.
- BALHANA, A. P.; MACHADO, B. P.; WESTPHALEN, C. M. **História do Paraná** (Vol. II). 2. ed. Curitiba, PR: Grafipar, 1969.
- BANDEIRA, M. **Presença dos Estados Unidos no Brasil (dois séculos de história)**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1978.
- BARBOSA, R. **Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública**. Parecer e projeto da Comissão de Instrução Pública. Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro, RJ: Typographia Nacional, 1883.
- BARNARD, H. **National education in Europe**. 2. ed. New York, EUA, 1854.
- BENCOSTTA, M. L. A. Grupos escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. *In*: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (orgs.). **História e memórias da educação no Brasil, vol. III: século XX**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- BENOIST, L. **Signos, símbolos e mitos**. Lisboa, PT: Edições70, 1975.

BLACK, E. **A guerra contra os fracos**. Tradução: T. Magalhães. São Paulo, SP: A Girafa, 2003.

BLUCHE, F.; RIALS, S.; TULARD, J. **Revolução Francesa**. Tradução: Rejane Janowitz. Porto Alegre, RS: L&PM, 2009. (Coleção L&PM Pocket; v. 760)

BITTENCOURT, C. As “tradições nacionais” e o ritual das festas cívicas. PINSKY, J. Nação e ensino de História no Brasil. *In*: PINSKY, J. (Aut. e Org.). **O ensino de História e a criação do fato**. 14. ed. 4. reimp. São Paulo, SP: Contexto, 2018.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Tradução: Carmen C, Varriale et ai.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. – Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998. Vol 1.

BOTH, I. J. **Municipalização da educação**: uma contribuição para um novo paradigma de gestão do ensino fundamental. Campinas, SP: Papirus, 1997. (Colégio Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)

BREMAEKER, F. E. J. **A influência do FUNDEF nas finanças municipais**. Rio de Janeiro, RJ: IBAM, 2003. (Série Estudos Especiais).

BUISSON, F. (Org.). **Nouveau Dictionnaire de Pédagogie et d'Instruction Primaire**. Paris, FR: Hachette, 1912.

CALKINS, N. A. **Primeiras lições de coisas**: manual de ensino elementar para uso dos pais e professores. Tradução de Rui Barbosa. Obras Completas, v. XIII, tomo 1, Rio de Janeiro, 1950.

CALMON, P. **História da civilização brasileira**. 6. ed. São Paulo, SP: Companhia Editorial Nacional, 1958 (Biblioteca Pedagógica Brasileira – Brasileira – Série 5, Vol. 14).

CAMPOS, N. de. Intelectuais católicos e a educação no Paraná nas décadas de 1920 e 1930. *In*: VIEIRA, C. E. (Org.). **Intelectuais, educação e modernidade no Paraná (1886-1964)**. Curitiba, PR: UFPR, 2007.

CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e as transformações dos seus meios de vida. 8. ed. São Paulo, SP: Livraria Duas Cidades, 1998.

CANOTILHO, J. J. G. **Direito constitucional e teoria da Constituição**. 5. ed. Coimbra, PT: Livraria Almedina, 2002.

CAPARROZ, F. E. **Entre a Educação Física da Escola e a Educação Física na Escola**: A Educação Física como componente curricular. Vitória, BA: UFES, Centro de Educação Física e Desportos, 1997. (Coleção Gnosis; 10)

CARDOSO, J.; WESPHALEN, C. M. **Atlas Histórico do Paraná**. Curitiba, PR: Livraria do Chaim, 1986.

CARNEIRO, D.; VARGAS, T. **História biográfica da república no Paraná**. Curitiba, PR: Banestado, 1994.

CARVALHO, C. H. de. Dilemas da modernização à brasileira: a organização da escola primária em São Paulo (1890-1930). *In*: SÁ, E. F. de; PINTASSILGO, J.; CASTRO, C. A. (Orgs.). **Alteridades e desigualdades nas práticas educativas**. Cuiabá, MT: EdUFMT, 2021.

CARVALHO, D. de. **Organização social e política brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: distribuidora Record, 1967.

CARVALHO, J. M. de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3. ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2004.

CARVALHO, M. M. C. de. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. *In*: FREITAS, M. C. de. **História social da infância no Brasil**. São Paulo, SP: Cortez Editora, 1997.

CASTRO, E. A. **Grupos escolares de Curitiba na primeira metade do século XX**. Curitiba, PR: Edição do autor, 2008.

CATANI, D. estudos de história da profissão docente. *In*: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (org.). **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000. (Coleção Historial, 6)

CHIAVENATO, J. J. **Genocídio americano**: a Guerra do Paraguai. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1980.

COMTE, A. **Curso de filosofia positiva; discurso sobre o espírito positivo; discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; catecismo positivista**. São Paulo, SP: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores).

COSTA, S. G. da. **História política da Assembleia Legislativa do Paraná (Volume I)**. Curitiba, PR: Assembleia Legislativa, 1994.

CUNHA, L. A. Confessionalismo versus laicidade no ensino público. *In*: SAVIANI, D. (Org.) **Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira**. Vitória, ES: EDUFES, 2010. (Coleção Horizontes da pesquisa em história da educação no Brasil; v. 2)

DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. **Educação Física na Escola**: implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2008.

DAVIES, N. **FUNDEB**: a redenção da educação? Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo)

DEL FIORENTINO, T. A. **Utopia e realidade**: o Brasil no começo do século XX. São Paulo, SP: Cultrix; (Brasília): INL, 1979.

DEWEY, J. **A criança e o programa escolar**. Tradução: Anísio Teixeira. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1959.

DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1980.

DURKHEIM, É. **A educação moral**. Tradução de Cláudia Grijó Vilarouca. Prefácio de Sidnei Ferreira de Vares. São Paulo, SP: Edipro, 2018.

_____. **Educação e sociologia**. Tradução de Stephania Matousek. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014 (Coleção Textos Fundantes de Educação).

ELIAS, N. **O processo civilizador**: formação do estado e civilização (Volume 2). Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1993. (Arquivo ePub)

FARIA FILHO, L. M. Instrução elementar no século XIX. *In*: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (org.). **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000. (Coleção Historial, 6)

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 2003. (Biblioteca universitária; Ciências sociais)

GOMES, L. **Escravidão**: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares, volume 1. Rio de Janeiro, RJ: Globo Livros, 2019, (Uma história de escravidão no Brasil; 1)

GONDRA, J. G. Medicina, higiene e educação escolar. *In*: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000. (Coleção Historial, 6)

GRIFI, G. **História da educação física e do esporte**. Tradução: Ana Maria Bianchi. Porto Alegre, RS: D. C. Luzzato Editores Ltda., 1989.

HILFERDING, R. **O capital financeiro**. São Paulo, SP: Nova Cultural, 1985 (Os economistas).

HOBBSAWM, E. **A era dos impérios, 1875-1914**. 22. ed. São Paulo, SP/Rio de Janeiro, RJ: Paz & Terra, 2016.

_____.; RANGER, T. **A invenção das tradições**. São Paulo, SP/Rio de Janeiro, RJ: Paz & Terra, 2015.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1995.

HUBERMAN, A. M. *Situación actual y perspectivas futuras*. In: MIALARET, G. **El derecho del niño a la educación**. Paris, FRA: Imprinta de Presses Universitaires de France, Vendôme, UNESCO, 1979.

INÁCIO FILHO, G.; SILVA, M. A. da. Reformas educacionais durante a Primeira República no Brasil (1889-1930). In: SAVIANI, D. (Org.) **Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira**. Vitória, ES: EDUFES, 2010. (Coleção Horizontes da pesquisa em história da educação no Brasil; v. 2)

INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva, 2001.

JOANILHO, A. L. **O nascimento de uma nação**; A elite intelectual brasileira e o ressurgimento do nacionalismo – 1900-1920. Curitiba, PR: Aos Quatro Ventos, 2004.

JUVENAL. **Sátiras**. Traducción, estudio introductorio y notas de Bartolomé Segura Ramos. Madrid, ES: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1996.

JIMÉNEZ, F. V. *El derecho del niño a la educación: resumen histórico*. In: MIALARET, G. **El derecho del niño a la educación**. Paris, FRA: Imprinta de Presses Universitaires de France, Vendôme, UNESCO, 1979.

KREUTZ, L. A educação de imigrantes do Brasil. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (org.). **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000. (Coleção Historial, 6)

LAKATOS, E. M., MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2009.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 7. ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2012.

LIST, G. F. **Sistema nacional de economia política**. São Paulo, SP: Abril Cultural, 1983.

LOURO, G. L. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.) **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva. 3. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2010.

_____. **Currículo, gênero e sexualidade**. Porto, PT: Porto Editora, 2000.

LUZURIAGA, L. **História da educação e da pedagogia**. Tradução e notas: Luiz Damasco Penna e J. B. Damasco Penna. 16. ed. São Paulo, SP: Ed. Nacional, 1985. (Atualidades pedagógicas; v. 59)

MACHADO, M, C, G. **Rui Barbosa**: pensamento e ação. São Paulo, SP: Autores Associados, 2002.

MANOEL, I. A. **Igreja e educação feminina (1859-1919):** uma face do conservadorismo. 2. ed. Maringá, PR: Eduem, 2008.

MARTINS, R. **História do Paraná.** 2. ed. São Paulo, SP/Curitiba, PR: Editorial Rumo Ltda., 1939.

MARX, K. **Grundrisse:** manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. E-books da Boitempo Editorial, 2011.

_____. **Trabalho assalariado e capital.** 2. ed. São Paulo, SP: Editora Global, 1983.

_____. ENGELS, F. **A ideologia alemã, 1º capítulo:** seguido das Teses sobre Feuerbach. São Paulo, SP: Centauro, 2002.

_____.; _____. **Manifesto comunista.** São Paulo, SP: BOITEMPO EDITORIAL, 1998.

MEDINA, J. P. S. **A educação física cuida do corpo e... mente.** 9. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1990. (Coleção Krisis)

MENDONÇA, S. R. de. **O ruralismo brasileiro (1888-1931).** São Paulo, SP: EDITORA HUCITEC, 1997.

MIGUEL, M. E. B. A reforma da Escola Nova no Paraná: as atuações de Lysímaco Ferreira da Costa e de Erasmo Pilotto. In: MIGUEL, M. E. B.; VIDAL, D. G.; ARAÚJO, J. C. S. (Orgs.). **As manifestações da escola Nova no Brasil (1920 a 1946).** Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2011. – (Coleção memória da educação)

_____. **Coletânea da documentação educacional paranaense no período de 1854 a 1889.** Campinas, SP: Editora Autores Associados; SBHE, 2000 (Documentos da Educação Brasileira).

MOCELLIN, R. **Pica-Paus x Maragatos:** a mais sangrenta guerra civil brasileira. Curitiba, PR: Editora Conceito, 2014.

MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. da. Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução. In: MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. da. (Orgs.). **Currículo, cultura e sociedade.** São Paulo, SP: Cortez, 1994.

NADAI, E. O ensino de História e a “pedagogia do cidadão”. In: PINSKY, J. (Aut. e Org.). **O ensino de História e a criação do fato.** 14. ed. 4. reimp. São Paulo, SP: Contexto, 2018.

NAGLE, J. **Educação e Sociedade na Primeira República.** 3. ed. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

- NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2011.
- NÓVOA, A. O passado e o presente dos professores. *In*: NÓVOA, A. (Coord.). **Profissão professor**. 2. ed. Porto, PT: Editora Porto, 1995.
- OLIVEIRA, V. M. de. **O que é educação física**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1983. (Coleção primeiros passos; 79)
- ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 2. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1986.
- PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec, 1981.
- PASSETTI, E. Crianças carentes e políticas públicas. *In*: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das crianças no Brasil**. 7. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2010.
- PILOTTO, E. **A educação no Paraná** (síntese sobre o ensino público elementar e médio). Rio de Janeiro: Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar (CILEME), publicação n. 3, 1954.
- PINHIERO, A. C. F. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo, SP: Universidade São Francisco, 2002. (Coleção educação contemporânea)
- PINSKY, J. Nação e ensino de História no Brasil. *In*: PINSKY, J. (Aut. e Org.). **O ensino de História e a criação do fato**. 14. ed. 4. reimp. São Paulo, SP: Contexto, 2018.
- PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo: Colônia**. São Paulo, SP: Brasiliense; Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro)
- RATACHESKI, A. Cem anos de ensino no Paraná. *In*: PARANÁ. Junta Comercial do Paraná. **1º Centenário da Emancipação Política do Paraná**. Curitiba, PR: Globo S. A., 1953. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/116187>>. Acesso em 05 jul. 2022.
- REIS FILHO, C. dos. **A educação e a ilusão liberal: origens do ensino público paulista**. São Paulo, SP: Autores Associados, 1995 (Coleção memória da educação).
- ROCHA, H. H. P. A escola como laboratório. *In*: BENCOSTTA, M. L. A. **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. São Paulo, SP: Cortez Editora, 2007.
- ROCHA, M. B. M. da. **Matrizes da modernidade republicana: cultura política e pensamento educacional no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados: Brasília, DF: Editora Plano, 2004.

- RIBEIRO, M. L. S. **História da educação brasileira**: a organização escolar. 20. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. (Coleção memória da educação)
- ROMERO, S. Explicações indispensáveis. *In*: ROMERO, S. (Org.); BARRETO, T. **Vários escritos**. Rio de Janeiro, RJ: Laemmert & C. Editores, 1900. p. IX-LIII.
- SALES, C. **Da propaganda à presidência**. Introdução: Renato Lessa. Ed. Fac-Similar. Brasília, DF: Senado Federal, 1998.
- SANFELICE, J. L. Da escola estatal burguesa à escola democrática e popular: considerações historiográficas. *In*: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; NASCIMENTO, M. I. M. (orgs.). **A escola pública no Brasil**: história e historiografia. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2005. – (Coleção Memória da Educação).
- SANTOS, J. M. **A política geral do Brasil**. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.
- SAVIANI, D. O legado educacional do “Longo Século XX” Brasileiro. *In*: SAVIANI, D. [et al.]. **O legado educacional do século XX no Brasil**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2014.
- _____. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2013 (Coleção Memória da Educação).
- _____. **Pedagogia Histórico-crítica**: primeiras aproximações. 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1995. (Coleção polêmicas do nosso tempo; v. 40)
- SCHLBAUER, A. R. O método intuitivo e lições de coisas no Brasil do século XIX. *In*: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (orgs.). **História e memórias da educação no Brasil, vol. II**: século XIX. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- _____. **Ideias que não se realizam**: o debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914. Maringá, PR: EDUEM, 1998.
- SCHMIDT, M. A. M. S. **História do cotidiano paranaense**. Curitiba, PR: Letraviva, 1996.
- SCHULTZ, T. W. **O capital humano**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1973.
- _____. **O valor econômico do capital**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1967.
- SKINNER, B. F. **Tecnologia do ensino**. São Paulo, SP: EPU; EDUSP.
- SEVCENKO, N. **A revolta da vacina**: mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo, SO: Editora Unesp, 2018.

SEVERINO, A. J. **Educação, ideologia e contra-ideologia**. São Paulo, SP: EPU, 1986. (Temas básicos da educação e ensino)

SILVA, J. C. “**O amor por princípio, a ordem por base, o progresso por fim**”: as propostas do apostolado positivista para a educação brasileira (1870-1930). Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2016.

SILVA, N. R. de A. e. **Tradição e renovação educacional em Goiás**. Goiânia, GO: Oriente, 1975.

SODRÉ, N. W. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1962.

SOUZA, C. P. de. A criança-aluno transformada em números (1890-1960). *In*: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (orgs.). **História e memórias da educação no Brasil, vol. III: século XX**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SOUZA, R. F. de. Lições da escola primária. *In*: SAVIANI, D. [et al.]. **O legado educacional do século XX no Brasil**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2014.

_____. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: (ensino primário e secundário no Brasil)**. São Paulo, SP: Cortez, 2008. – (Biblioteca básica da história da educação brasileira, v. 2)

_____. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo, SP: Fundação Editora da UNESP, 1998.

SPENCER, H. **Como elevar o nível intelectual de nossos jovens**. Rio de Janeiro, RJ: Ediouro, 1985.

_____. **Educação intelectual, moral e física**. Versão do inglês por Emýgdio D’Oliveira. 3. ed. Curitiba, PR: Livaria Chardron, de Lello & Irmão, L. da editores, 1927.

STEPHANOU, M. Discursos médicos e a educação sanitária nas escolas brasileiras. *In*: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (orgs.). **História e memórias da educação no Brasil, vol. III: século XX**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SUCUPIRA, N. A nova disciplina “Organização Social e Política Brasileira”. *In*: CARVALHO, D. de. **Organização social e política brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: distribuidora Record, 1967.

TAMBARA, E. Educação e positivismo no Brasil. *In*: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (orgs.). **História e memórias da educação no Brasil, vol. II: século XIX**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

TAYLOR, F. **Princípios da administração científica**. São Paulo, SP: Atlas, 1970.

TOLEDO, C. de A. A. Razão de estudos e razão política: um estudo sobre o Ratio Studiorum. *In*: TOLEDO, C. de A. A.; RIBAS, M. A. de A. B.; SKALINSKI JÚNIOR, O. (Orgs.). **Origens da educação escolar no Brasil Colonial** (Volume II). Maringá, PR: EDUEM, 2013.

TRINDADE, E. M. de C.; ANDREAZZA, M. L. **Cultura e educação no Paraná**. Curitiba, PR: SEED, Editora da UFPR, 2001. (Coleção história do Paraná; textos introdutórios)

VALDEMARIN, V. T. **Estudando as lições de coisas**: análise dos fundamentos filosóficos do Método de Ensino Intuitivo. – Campinas, SP: Autores Associados, 2004. – (Coleção educação contemporânea)

VARGAS, T. **A última viagem do Barão do Serro Azul**. Curitiba, PR: O Formigueiro (Instituto Assistencial de Autores do Paraná), 1973.

VARES, S. F. de. Prefácio. Émile Durkheim e a Educação Moral. *In*: DURKHEIM, É. **A educação moral**. Tradução de Cláudia Grijó Vilarouca. Prefácio de Sidnei Ferreira de Vares. São Paulo, SP: Edipro, 2018.

VELLOZO, D. **Obras IV**. Curitiba, PR: Instituto Neo-pitagórico, 1975.

VERÍSSIMO, J. **A educação nacional**. Introdução: José Murilo Carvalho. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Topbooks; Belo Horizonte, MG: PUC-Minas, 2013.

VIANNA, O. **O caso do Império**. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: ABL, 2006.

VICENTINI, P. P.; LUGLI, R. G. **História da profissão docente no Brasil**: representações em disputa. São Paulo, SP: Cortez, 2009.

VIEIRA, C. E. Erasmo Pilotto: reflexões acerca da formação de professores e da teoria da educação. *In*: VIEIRA, C. E.; OSINSKI, D. R. B.; BENCOSTTA, M. L. (Org.). **Intelectuais, modernidade e formação de professores no Paraná: 1910-1980**. 1. ed. Curitiba, PR: Editora da UFPR, 2015, v. 1, p. 77-114.

VILLELA, H. de O. S. O mestre-escola e a professora. *In*: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (org.). **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000. (Coleção Historial, 6)

WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná**. 10. ed. Ponta Grossa, PR: Editora UEPG, 2010.

_____. *Perfis de personalidades paranaenses*. *In*: MICHAELE, F. A. S. (et. al.). **História do Paraná** (Vol. III). 2. ed. Curitiba, PR: Grafipar, 1969.

WOLFF, F. **Três utopias contemporâneas**. Trad. Mariana Echalar. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2018.

XAVIER, L. Os professores frente à democratização do ensino: a profissão docente como construção histórica. *In*: FERREIRA, M. S.; XAVIER, L.; CARVALHO, F. C. (Org.). **História do Currículo e História da Educação**. Rio de Janeiro, RJ: Quartet: Faperj, 2013.

DISSERTAÇÕES E TESES

ALVES, L. K. **A expansão do ensino primário no Paraná na Primeira República**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR, 2021.

FERREIRA, A. M. C. S. **Organização da instrução pública primária no Brasil: impasses e desafios em São Paulo, no Paraná e no Rio grande do Norte (1890-1930)**. Tese (Doutorado em Educação). – Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2013.

KROETZ, L. R. **As estradas de ferro do Paraná 1880-1940**. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 1985.

MACHADO, M. C. G. **A instrução pública no estado do Paraná republicano: (des) continuidades da legislação educacional (1890-1913)**. Maringá, PR: UEM, 2015 (digitado).

MOTIM, B. M. L. **Estrutura fundiária do Paraná Tradicional – Castro – 1850-1990**. Curitiba, PR: UFPR/CCPGH, Dissertação.1987.

NEVES, F. M. **O método lancasteriano e o projeto de formação disciplinar do povo (São Paulo, 1808-1889)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista, Franca, SP, 2003.

OLIVEIRA, M. C. M. de. **Ensino primário e sociedade no Paraná durante a Primeira República**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 1994.

PEREIRA, L. F. L. **Paranismo: cultura e imaginário no Paraná da I República**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, UFPR. Orientadora: Ana Maria de Oliveira Burmester. Curitiba/PR, 1996.

SANTOS, A. de S. **Paraná, imprensa e instrução pública primária: o jornal A República (1903-1912)**. 297 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Prof^a. Dra. Maria Cristina Gomes Machado. Maringá/PR, 2019.

SCHENA, D. R. **O lugar da escola primária como portadora de um projeto de nação: o caso do Paraná (1890-1922)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2002.

SILVA, L. A. **Um intelectual iconoclasta: o papel do símbolo na obra e ação política de Manoel Bomfim (1897-1932)**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Prof^a. Dra. Maria Cristina Gomes Machado. Maringá/PR, 2017.

ARTIGOS

DEL CONT, V. Francis Galton: eugenia e hereditariedade. *Scientiæ Zudia*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 201-18, 2008.

FRANÇA, F. F.; SOUZA, G. de. Modos de fazer, modos de ensinar: os métodos de ensino na história da educação pública paranaense na segunda metade do século XIX. *Linguagens, Educação e Sociedade* – Teresina, Ano 17, n. 27, jul./dez. 2012

HAHNER, J. E. Escolas mistas, Escolas Normais: a coeducação e a feminização do magistério no século XIX. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 19(2): 336, maio-agosto/2011.

HARTUNG, M. Muito além do céu: escravidão e estratégias de liberdade no Paraná do século XIX. *TOPOI*, v. 6, n. 10, jan.-jun. 2005, pp. 143-191.

HENRIQUES, A. M. A Moderna Agricultura no final do século XIX em São Paulo: algumas propostas. *História (São Paulo)* v.30, n.2, p. 359-380, ago/dez 2011 ISSN 1980-4369.

HORTA, J. S. B. Direito à educação e obrigatoriedade escolar. *Cad. Pesq.* n. 104, p. 5-34, jul. 1998.

MACHADO, M. C. G. A política educacional do Estado do Paraná no Brasil republicano (1889-1900): o debate sobre obrigatoriedade e liberdade de ensino. *In: VII Congresso Brasileiro de História da Educação – Circuitos e fronteiras da História da Educação no Brasil*, 2013, Cuiabá. **VI Congresso Brasileiro de História da Educação**. Cuiabá: UFMT, 2013. v. 1. p. 1-15.

_____.; CURY, C. R. J. *A educação nos anais da Constituinte Republicana do Estado do Paraná - 1892*. *Educ. rev. [online]*. 2013, n. 49, pp. 227-243.

_____.; MELO, C. S. O ensino primário e a política educacional do Paraná (18990-1892). *Diálogos (Maringá. Online)*, v. 16, supl. Espec., p. 207-227, dez./2012

MARINHO, I. P. A Educação Física no Brasil em Face dos Interesses do Estado: Evolução dos Conceitos e Métodos de Educação Física Dominante no Brasil Durante o Século XIX. *Revista do Serviço Público*, 1953.

MELO, C. S.; MACHADO, M. C. G. A organização da instrução pública no estado do Paraná no início da República: o Decreto nº 31 de 29 de janeiro de 1890. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.38, p. 248-260, jun.2010 - ISSN: 1676-2584.

MIGUEL, M. E. B. Ordem e progresso: ideais republicanos e a educação escolar na Primeira República, no Paraná. **Educere et Educare**, Vol. 13, Número Especial Jul./Dez. 2017.

OLIVEIRA, M. C. M. de. Políticas e investimentos do governo do Paraná na rede pública de ensino (1889-1930). **EccoS** – Revista Científica, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 385-405, jul./dez. 2006.

_____. Organização escolar no início do século XX: o caso do Paraná. **Educar**, Curitiba, n. 18, p. 143-155. 2001. Editora da UFPR.

_____. As escolas primárias no Paraná: estudo retrospectivo de 1827 a 1928. **Educar**, Curitiba, 8(1/2): 43-58, jan./dez. 1989.

SAVIANI, D. A história da escola pública no Brasil. Conferência de abertura da Jornada do HISTEDBR sobre o tema História da Escola Pública no Brasil. Salvador, 9-12 de julho de 2002. Revista de **CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**.

SCHAFFRATH, M. dos A. A.; MIGUEL, M. E. B. Educação paranaense no processo de formação de professores no Brasil republicano: a contribuição do compêndio de pedagogia de Dario Vellozo. **Acta Scientiarum. Education**, Maringá, v. 34, n. 2, p. 261-268, July-Dec., 2012.

TEIXEIRA, A. A propósito da “Escola Única”. Nov. 1924, 7 folhas mimeografadas. Arquivo Anísio Teixeira, CPDOC/FGV, terceiro rolo, 2(0445). Publicado na **Revista do Ensino**, Salvador, v. 1, n. 3, 1924.

LEIS, DECRETOS, RELATÓRIOS, DISCUSSÕES E DOCUMENTOS OFICIAIS

BRASIL. **Lei nº 14.535, de 17 de janeiro de 2023**. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2023. Volume V: Detalhamento das ações, órgãos do Poder Executivo e Ministério da Educação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2023/lei/L14535.htm. Acesso em: 08 jul. 2023.

_____. Ministério da Educação (MEC). INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. **Mapa da Coleta mostra panorama do Censo Escolar 2022**. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/mapa-da-coleta-mostra-panorama-do-censo-escolar-2022>>. Acesso em: 30 ago. 2022.

_____. **Projeto de Lei nº 32, de 31 de agosto de 2022.** Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2023. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9197016&ts=1678392103066&disposition=inline>. Acesso em: 24 ago. 2023.

_____. **Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021.** Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/or2021/lei/ANL14144.pdf>>. Acesso em: 11 de junho de 2021.

_____. Agência Senado. **Fazendeiros tentaram impedir aprovação da Lei do Ventre Livre.** Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/fazendeiros-tentaram-impedir-aprovacao-da-lei-do-ventre-livre#:~:text=Neste%20m%C3%AAs%2C%20a%20Lei%20do,nenhum%20escravizado%20em%20solo%20brasileiro>>. Acesso em: 15 jul. 2022.

_____. **Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020.** Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/or2020/Lei/ANL13978.pdf>>. Acesso em: 11 de junho de 2021.

_____. **Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019.** Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2019. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/or2019/Lei/ANL13808.pdf>>. Acesso em: 11 de junho de 2021.

_____. **Projeto de lei nº 3.262, de 06 de junho de 2019.** Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para incluir o parágrafo único no seu art. 246, a fim de prever que a educação domiciliar (homeschooling) não configura crime de abandono intelectual. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2206168>. Acesso: 21 set. 2023.

_____. **Emenda constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016.** Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 24 ago. 2023.

_____. Ministério da Economia. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**, 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29737-em-2019-havia-1-8-milhao-de-criancas-em-situacao-de-trabalho-infantil-no-pais-com-queda-de-16-8-frente-a-2016>>. Acesso em: 25 ago 2022.

_____. **Plano diretor da reforma do aparelho do estado**. Brasília, DF: Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995. (Documentos da Presidência da República).

_____. Ministério da Educação e Cultura (MEC). **A educação nas mensagens presidenciais (1890-1986)**. Brasília, DF: INEP, 1987.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: 27 jun. 2022.

_____. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Diretoria Geral de Estatística. **Synopse do recenseamento**. Rio de Janeiro, RJ: Oficina da Estatística, 1898.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891)**. Diário do Congresso Nacional, 24 de fevereiro de 1891.

_____. **Decreto nº 981**, de 8 de novembro de 1890. Aprova o Regulamento da Instrução Pública Primária e Secundária do Distrito Federal. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-981-8-novembro-1890-515376-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 23 ago. 2022.

_____. **Decreto nº 155-B, de 14 de janeiro de 1890**. Declara os dias de festa nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D155-B.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%20155%2DB%2C%20DE%2014%20DE%20JANEIRO%20DE%201890.&text=Declara%20os%20dias%20de%20festa%20nacional.>. Acesso em: 08 ago. 2022.

_____. **Decreto nº 85-A, de 23 de dezembro de 1889**. Cria uma comissão militar para o julgamento dos crimes de conspiração contra a República e seu governo, aplicando-lhe as penas militares de sedição. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D0085-A.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2085%2DA%2C%20DE%2023%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201889.&text=Cr%C3%AAa%20uma%20commiss%C3%A3o%20militar%20para,as%20penas%20militares%20de%20sedi%C3%A7%C3%A3o.>. Acesso em: 02 ago. 2022.

_____. **Lei Nº 2.040, de 28 de setembro de 1871**. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores e sobre a libertação anual de escravos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm>. Acesso em: 15 jul. 2022.

_____. **Decreto Nº 7.247, de 19 de abril de 1879.** Reforma o ensino primário e secundário no município da Corte e o superior em todo o Império. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>>. Acesso em: 27 jun. 2022.

_____. **Decreto Nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854.** Aprova o Regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do Município da Corte. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>>. Acesso em: 27 jun. 2022.

_____. **Lei Nº16, de 12 de agosto de 1834.** Faz algumas alterações e adições à Constituição Política do Império, nos termos da Lei de 12 de outubro de 1832. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim16.htm>. 24 jun. 2022.

_____. **Lei de 15 de outubro de 1827.** Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-15-10-1827.htm>. Acesso em: 27 jun. 2022.

_____. **Coleção das leis do Brasil de 1808.** Rio de Janeiro, RJ: Imprensa Nacional, Biblioteca da Câmara dos Deputados, 1891.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Mapa do analfabetismo no Brasil.** Brasília, DF, s./d.

PARANÁ. **Páginas escolhidas:** símbolos, discursos e comemorações. Curitiba, PR: Imprensa Oficial, 2004.

_____. Arquivo Público. **História administrativa do Paraná (1853-1947):** criação, competência e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. Curitiba, PR: Imprensa Oficial/DEAP, 2000.

_____. **Lei n.º 365.** Dá novo plano ao ensino do Ginásio Paranaense e sobre outros pontos de instrução pública, em 11 de abril de 1900. Curitiba, PR: Tipografia d' A República, 1929a.

_____. **Decreto n.º 93.** Manda observar o Regulamento de Instrução Pública do Estado, de 11 de março de 1901. Curitiba, PR: Tipografia d' A República, 1929b.

_____. **Decreto n.º 263.** Regimento Interno das Escolas Públicas no Paraná, em 22 de outubro de 1903. Curitiba, PR: Tipografia d' A República, 1929c.

_____. **Decreto n.º 31.** Regulamento de Instrução Pública, de 29 de janeiro de 1890. Curitiba, PR: Tipografia da Penitenciária do Estado, 1911a.

_____. **Decreto n.º 2.** Regulamento do Ensino Popular, de 24 de agosto de 1892. Curitiba, PR: Tipografia da Penitenciária do Estado, 1911b.

_____. **Lei n.º 136.** Reforma o ensino público do estado, de 31 de dezembro de 1894. Curitiba, PR: Tipografia da Penitenciária do Estado, 1911g.

_____. **Lei n.º 42.** Dá regulamento para a arrecadação da taxa escolar, de 2 de janeiro de 1895. Curitiba, PR: Tipografia da Penitenciária do Estado, 1911h.

_____. **Decreto nº 35.** Regulamento da instrução pública do Estado do Paraná, de 9 de fevereiro de 1895. 1895. Curitiba, PR: Tipografia da Penitenciária do Estado, 1911i.

_____. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Francisco Xavier da Silva, Presidente do Estado pelo em 31 de dezembro de 1910 pelo Coronel Luiz Antonio Xavier, Secretário dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública.** Curityba: Typ. D'A República, 1911.

_____. Provincial Presidential Reports (1830-1930): Paraná. **Mensagem ao Congresso Legislativo do estado do Paraná, dirigida pelo Dr. Francisco Xavier da Silva, Presidente do Estado, ao instalar-se a 1.ª Sessão da 10.ª Legislatura em 1.º de fevereiro de 1910.** Curityba: Typ. D'A República, 1910.

_____. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Francisco Xavier da Silva, Governador do Estado do Paraná pelo Coronel Luiz Antonio Xavier, Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, em 31 de dezembro de 1909.** Curityba: Typ. D'A República, 1910.

_____. **Decreto nº 510.** Regulamento Orgânico do Ensino público do Estado, em 15 de outubro de 1909. Curitiba, PR: Tipografia d' A República, 1910.

_____. **Constituição política, leis e regulamentos do estado do Paraná (7 de abril de 1892).** Tipografia da Penitenciária – AHU. 1909.

_____. Provincial Presidential Reports (1830-1930): Paraná. **Mensagem ao Congresso Legislativo do estado do Paraná, dirigida pelo Dr. Francisco Xavier da Silva, Presidente do Estado, ao instalar-se a 2.ª Sessão da 9.ª Legislatura em 3 de fevereiro de 1909.** Curityba: Typ. D'A República, 1909.

_____. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Francisco Xavier da Silva, Governador do Estado do Paraná pelo Coronel Luiz Antonio Xavier, Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, em 2 de janeiro de 1909.** Curityba: Typ. D'A República, 1909.

_____. Provincial Presidential Reports (1830-1930): Paraná. **Mensagem ao Congresso Legislativo do estado do Paraná, dirigida pelo Coronel Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva, 2.º Vice-Presidente do Estado em Exercício, ao instalar-se a 1.ª Sessão da 9.ª Legislatura em 1.º de fevereiro de 1908.** Curitiba, Annibal Rocha & C., 1908.

_____. **Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva, Vice-Presidente do Estado do Paraná, pelo Bacharel Bento José Lamenha Lins, Secretário d'Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública em 23 de janeiro de 1908.** Curityba, 1908.

_____. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Diretor Geral da Instrução Pública pelo Delegado Fiscal da 1ª Circunscrição Escolar, Dr. Laurentino de Azambuja, em 27 de dezembro de 1907. [anexo, p. 57-68]. *In*: PARANÁ. **Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva, Vice-Presidente do Estado do Paraná, pelo Bacharel Bento José Lamenha Lins, Secretário d'Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública.** Curityba, 1908.

_____. **Decreto nº 479.** Regulamento da Instrução Pública, em 10 de dezembro de 1907. Curitiba, PR: Tipografia d' A República, 1908.

_____. Provincial Presidential Reports (1830-1930): Paraná. **Mensagem ao Congresso Legislativo do estado do Paraná, dirigida pelo Dr. Vicente Machado da Silva Lima, Presidente do Estado, ao instalar-se a 2.ª Sessão da 8.ª Legislatura em 1.º de fevereiro de 1907.** Curitiba, Annibal Rocha & C., 1907.

_____. **Relatório apresentado ao Ex.mo Snr. Dr. Vicente Machado da Silva Lima Presidente do estado do Paraná pelo Bacharel Bento José Lamenha Lins Secretario dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública em 14 de janeiro de 1907.** Curityba: Typ. d'A República, 1907.

_____. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Diretor Geral da Instrução Pública pelo Inspetor Escolar da Capital, Sebastião Paraná, em 31 de dezembro de 1906. *In*: PARANÁ. **Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Vicente Machado da Silva e Lima, Presidente do Estado do Paraná, pelo Bacharel Bento José Lamenha Lins, Secretário d'Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública.** Curityba, 1907.

_____. Provincial Presidential Reports (1830-1930): Paraná. **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do estado, pelo Excelentíssimo Sr. Dr. Vicente Machado da Silva Lima, em 1º de fevereiro de 1906.** Typographi d' A República, Curitiba, 1906.

_____. **Relatório apresentado ao Ex.mo Snr. Dr. Vicente Machado da Silva Lima Presidente do estado do Paraná pelo Bacharel Bento José Lamenha Lins Secretario dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública em 11 de janeiro de 1906.** Curityba: Typ. d'A República, 1906.

_____. **Relatório apresentado pelo Dr. Arthur Pedreira de Cerqueira Director Geral da Instrucção Publica.** 1906. Curityba: Typ. d'A Republica, 1906. 1 v.

_____. **Relatório da Secretario dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública e anexos em 13 de junho de 1904.** Curityba: Typ. d'A República, 1905.

_____. Provincial Presidential Reports (1830-1930): Paraná. **Mensagem apresentada pelo Excelentíssimo Sr. Dr. Francisco Xavier da Silva, governador do estado do Paraná, ao Congresso Legislativo, na 1.^a Sessão Ordinária, da 7.^a Legislatura, em 1º de fevereiro de 1904.** Typographi d' A República, Curitiba, 1904.

_____. Provincial Presidential Reports (1830-1930): Paraná. **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do estado, pelo Excelentíssimo Sr. Dr. Francisco Xavier da Silva, na 2.^a Sessão da 6.^a Legislatura, em 1º de fevereiro de 1903.** Typographi d' A República, Curitiba, 1904.

_____. **Relatório da Secretario dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública e anexos em 31 de dezembro de 1903.** Curityba: Typ. d'A República, 1903.

_____. **Relatório apresentado ao Ex.mo Snr. Dr. Francisco Xavier da Silva Governador do estado do Paraná pelo Dr. Octavio Ferreira do Amaral e Silva Secretario dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública em 31 de dezembro de 1902.** Curityba: Typ. d'A República, 1903.

_____. Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva, Diretor Geral da Instrução Pública do Estado. *In:* PARANÁ. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Francisco Xavier da Silva, Governador do Estado do Paraná, pelo Dr. Octavio Ferreira do Amaral e Silva, Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, em 31 de dezembro de 1902.** Curityba: Typ. D'A República, 1903.

_____. Provincial Presidential Reports (1830-1930): Paraná. **Mensagem apresentada pelo Excelentíssimo Sr. Dr. Francisco Xavier da Silva, ao Congresso Legislativo, na 1.^a Sessão da 6.^a Legislatura, em 1º de fevereiro de 1902.** Typographi d' A República, Curitiba, 1902.

_____. **Relatório apresentado ao Ex.mo Snr. Dr. Francisco Xavier da Silva Governador do estado do Paraná pelo Dr. Octavio Ferreira do Amaral e Silva Secretario dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública em 31 de dezembro de 1901.** Curityba: Atelier Novo Mundo, 1901.

_____. **Relatório apresentado ao Ex.mo Snr. Dr. Francisco Xavier da Silva Governador do estado do Paraná pelo Dr. Octavio Ferreira do Amaral e Silva Secretario dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública em 31 de dezembro de 1900.** Curityba: Typ. Da Livraria Econômica, 1901.

_____. Provincial Presidential Reports (1830-1930): Paraná. **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Paraná, na 2.^a Sessão da 5.^a Legislatura, no dia 1º do corrente, pelo Excelentíssimo Sr. Dr. Francisco Xavier da Silva.** Typographi d' A República, Curitiba, 1901.

_____. Provincial Presidential Reports (1830-1930): Paraná. **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Paraná, pelo doutor José Pereira Santos Andrade, governador do estado, na 1.^a Sessão da 5.^a Legislatura em 1º de fevereiro de 1900.** Typographi d' *A República*, Curitiba, 1900.

_____. Provincial Presidential Reports (1830-1930): Paraná. **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Paraná, em 1º de fevereiro de 1899, pelo doutor José Pereira Santos Andrade, governador do estado.** Typographi d' *A República*, Curitiba, 1899.

_____. **Relatório apresentado ao Ex.mo Snr. Dr. José Pereira Santos Andrade Governador do estado do Paraná pelo Bacharel Antonio Augusto de Carvalho Chaves Secretario dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública em 31 de dezembro de 1898.** Curityba: Atelier Novo Mundo, 1899.

_____. Provincial Presidential Reports (1830-1930): Paraná. **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do estado do Paraná, em sessão extraordinária, pelo doutor José Pereira Santos Andrade, governador do estado.** Typographi d' *A República*, 1898.

_____. Provincial Presidential Reports (1830-1930): Paraná. **Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do estado do Paraná pelo doutor José Pereira Santos Andrade governador do estado em 1º de outubro de 1897.** Atelier Novo Mundo, Curitiba, 1897.

_____. **Relatório apresentado ao Ex.mo Snr. Dr. José Pereira Santos Andrade Governador do estado do Paraná pelo Bacharel Antonio Augusto de Carvalho Chaves Secretario dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública em 1 de setembro de 1897.** Curityba: Atelier Novo Mundo, 1897.

_____. Provincial Presidential Reports (1830-1930): Paraná. **Mensagem dirigida pelo governador Dr. José Pereira Santos Andrade ao Congresso Legislativo do estado do Paraná ao abrir-se a 2.^a Sessão ordinária da 3.^a Legislatura em 1 de outubro de 1896.** Curitiba: Typographia a vapor "Modelo", 1896.

_____. **Relatório apresentado ao Ex.mo Snr. Dr. José Pereira Santos Andrade Governador do estado do Paraná pelo Bacharel Antonio Augusto de Carvalho Chaves Secretario dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública em 1 de setembro de 1896.** Curityba: Typographia Modelo a Vapor, 1896.

_____. **Lei n.º 195, de 18 de fevereiro de 1896.** *In:* PARANÁ. Leis, decretos e regulamentos do estado do Paraná de 1895-1896. Curityba: Novo Mundo, 1896.

_____. Provincial Presidential Reports (1830-1930): Paraná. **Mensagem do governador do estado do Paraná lida perante o Congresso Legislativo em 13 de novembro de 1895.** Curitiba: Impressora Paranaense, 1895.

_____. **Relatório apresentado ao Ex.mo Snr. Dr. Francisco Xavier da Silva Governador do estado do Paraná por Caetano Alberto Munhoz Secretario dos**

Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública em 31 de agosto de 1895.
Curitiba: Typ. E Lith. a vapor da Companhia Impressora Paranaense, 1895.

_____. Provincial Presidential Reports (1830-1930): Paraná. **Mensagem do governador do estado do Paraná lida perante o Congresso Legislativo em 20 de outubro de 1894.** Typ e Lith. da Companhia Impressora Paranaense, 1894.

_____. **Relatório apresentado ao Ex.mo Snr. Dr. Francisco Xavier da Silva Governador do estado do Paraná por Caetano Alberto Munhoz Secretario dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública em 29 de setembro de 1894.**
Curitiba: Typ. E Lith. a vapor da Companhia Impressora Paranaense, 1894.

_____. Provincial Presidential Reports (1830-1930): Paraná. **Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do estado do Paraná pelo 1.º Vice-governador Dr. Vicente Machado da Silva Lima em 18 de maio de 1894.** Typ e Lith. A vapor da Companhia Impressora Paranaense, 1894.

_____. **Relatório apresentado ao Snr. Caetano Alberto Munhoz DD. Secretario do Interior, Justiça e Instrução Pública pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva Superintendente Geral do Ensino Público do Estado em 1.º de novembro de 1893.** Curitiba: Typ. E Lith. A vapor da Companhia Impressora Paranaense, 1894.

_____. Provincial Presidential Reports (1830-1930): Paraná. **Mensagem do governador do estado enviada e lida perante o Congresso Legislativo em 4 de outubro de 1892.**

_____. **Lei nº 10, de 16 de maio de 1892.** Contratação da Sociedade Propagadora da Herva-Mate para a construção de um edifício para a Escola Tiradentes. Leis e regulamentos do estado do Paraná. Curitiba: Ty. D'República, 1892.

_____. **Ato de 14 de maio de 1891.** Aprova Regulamento de Ensino Obrigatório. Curitiba, PR: Arquivo Público do Paraná, 1891b.

_____. **Ato de 30 de março de 1891** - Aprova o Regulamento para a Instrução Pública deste estado. Curitiba: Arquivo Público do Paraná, 1891a.

_____. Provincial Presidential Reports (1830-1930): Paraná. **Relatório apresentado a Assembleia Legislativa do Paraná no dia 16 de fevereiro de 1880 pelo presidente da província, o excelentíssimo senhor doutor Manuel Pinto de Souza Dantas Filho.** Typ. Perseverança, Curitiba, PR, 1880.

_____. Provincial Presidential Reports (1830-1930): Paraná. **Relatório apresentado a Assembleia Legislativa do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1876 pelo presidente da província, o excelentíssimo senhor doutor Adolfo Lamenha Lins.** Typ. Perseverança, Curitiba, PR, 1876.

SÃO PAULO. Assembleia legislativa do Estado de São Paulo. **Decreto nº 248, de 26 de julho de 1894**. Aprova o regimento interno das escolas públicas. Coleção da Legislação Paulista, ALESP, 1894.

IMPrensa, JORNAIS, REVISTAS, BOLETINS E SITES

A REPÚBLICA, 1909, Núm. 276, p. 2, col. 3-4.

_____, 1909, núm. 269, p. 2, col. 1.

_____, 1909, núm. 265, p. 2, col. 3.

_____, 1909, núm. 263, p. 2, col. 3-4.

_____, 1909, núm. 261, p. 2, col. 4.

_____, 1909, núm. 261, p. 2, col. 3.

_____, 1909, núm. 260, p. 2, col. 2.

_____, 1909, núm. 256, p. 2, col. 2.

_____, 1909, núm. 249, p. 2, col. 2.

_____, 1909, núm. 249, p. 2, col. 2.

_____, 1909, núm. 249, p. 2, col. 1.

_____, 1909, núm. 248, p. 2, col. 3.

_____, 1909, núm. 247-248, p. 2, col. 2-3; 2.

_____, 1909, núm. 247, p. 2, col. 2.

_____, 1909, núm. 247, p. 2, col. 1.

_____, 1909, num. 246, p. 2, col. 4.

_____, 1909, num. 246, p. 2, col. 3-4.

_____, 1909, núm. 244, p. 1, col. 7.

_____, 1909, núm. 244, p. 1, col. 6-7.

_____, 1909, núm. 244, p. 1, col. 1.

_____, 1909, núm. 243, p. 2, col. 3.

- _____, 1909, núm. 241, p. 2, col. 3.
- _____, 1909, núm. 241, p. 2, col. 2.
- _____, 1909, núm. 240, p. 2, col. 1.
- _____, 1909, núm. 238, p. 2, col. 2.
- _____, 1909, núm. 237, p. 2, col. 2.
- _____, 1909, núm. 236, p. 2, col. 2.
- _____, 1909, núm. A235, p. 2, col. 1.
- _____, 1909, num. 48, p. 1, col. 3.
- _____, 1908, núm. 88, p. 1, col. 4.
- _____, 1908, núm. 9, p. 2, col. 4.
- _____, 1907, núm. 305, p. 2, col. 2.
- _____, 1907, núm. 302, p. 2, col. 6.
- _____, 1907, núm. 302, p. 1, col. 6.
- _____, 1907, núm. 301, p. 1, col. 3.
- _____, 1907, núm. 299, p. 2, col. 1.
- _____, 1907, núm. 298, p. 1, col. 6.
- _____, 1907, núm. 295, p. 1, col. 6.
- _____, 1907, núm. 294, p. 2, col. 2.
- _____, 1907, num. 293, p. 2, col. 2.
- _____, 1907, num. 293, p. 2, col. 1.
- _____, 1907, num. 49, p. 1, col. 4.
- _____, 1907, num. 27, p. 1, col. 4.
- _____, 1906, num. 290, p. 1, col. 1.
- _____, 1906, num. 227, p. 1, col. 3.

- _____, 1905, num. 203, p. 2, col. 2.
- _____, 1904, num. 283, p.1, col. 1.
- _____, 1903, núm. 243, p. 2, col. 1.
- _____, 1903, núm. 243, p. 1;2, col. 3;1.
- _____, 1903, núm. 243, p. 1, col. 2.
- _____, 1903, núm. 243, p. 1, col. 1.
- _____, 1903, núm. 238, p. 2, col. 2.
- _____, 1903, núm. 148, p. 2, col. 3.
- _____, 1903, núm. 110, p. 1, col. 6.
- _____, 1903, num. 85, p. 1, col. 5.
- _____, 1901, núm. 61, p. 2, col. 2.
- _____, 1901, núm. 59, p. 2, col. 5.
- _____, 1901, núm. 59, p. 2, col. 3.
- _____, 1901, núm. 58, p. 2, Col. 5.
- _____, 1901, núm. 57, p. 2, col. 4.
- _____, 1901, núm. 57, p. 2, col. 3.
- _____, 1901, num. 57, p. 1, col. 3.
- _____, 1901, núm. 9, p. 2, col. 3-4.
- _____, 1900, núm. 85, p. 1, col. 5.
- _____, 1900, núm. 85, p. 2, col. 1.
- _____, 1896, núm. 28, p. 1, col. 2.
- _____, 1895, núm. 40, p. 2, col. 1.
- _____, 1895, núm. 40, p. 1, col. 1-2.
- _____, 1895, núm. 39, p. 2, col. 2.
- _____, 1895, núm. 39, p. 2, col. 1.

- _____, 1895, núm. 39, p. 1, col. 5.
- _____, 1895, num. 1, p. 2, col. 1.
- _____, 1892, núm. 749, p. 5, col. 1-2.
- _____, 1892, núm. 749, p. 3, col. 2.
- _____, 1892, núm. 749, p. 3, col. 1.
- _____, 1892, núm. 749, p. 6, col. 2.
- _____, 1892, núm. 749, p. 6, col. 1.
- _____, 1890, núm. 26, p. 3, col. 1.
- _____, 1890, núm. 26, p. 2, col. 2.
- _____, 1890, núm. 26, p. 2, col. 1.
- _____, 1890, núm. 26, p. 1;2, col. 2;1.
- _____, 1890, núm. 26, p. 1, col. 2.
- _____, 1890, núm. 26, p. 1, col. 1.
- _____, 1889, núm. 64, p. 1, col. 4.
- _____, 1889, núm. 64, p. 1, col. 1.
- _____, 1889, núm. 60, p. 2, col. 1.
- _____, 1889, núm. 59, p. 1, col. 4.
- _____, 1889, núm. 58, p. 2, col. 3.
- _____, 1889, núm. 57, p. 1, col. 2.
- _____, 1889, núm. 56, p. 1, col. 3-4.
- _____, 1889, núm. 55, p. 1, col. 4.
- _____, 1889, núm. 53, p. 3, col. 1.
- _____, 1889, núm. 50, p. 2, col. 1.
- _____, 1889, núm. 50, p. 2, col. 1-2.

_____, 1889, núm. 50, p. 1, col. 2-3.

_____, 1889, núm. 49, p. 1, col. 4.

_____, 1889, núm. 46, p. 2, col. 3.

_____, 1889, núm. 45, p. 1, col. 4

_____, 1889, núm. 44, p. 2, col. 3-4.

_____, 1889, núm. 43, p. 1, col. 2.

_____, 1889, núm. 43, p. 1, col. 1.

BALHANA, A. P.; MACHADO, B. P. **Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná**. Boletim da UFPR/Departamento de História, Curitiba: v. 3, 1963.

CAMPANHA. Campanha Nacional pelo Direito à Educação. O que é CAQi? Disponível em: <https://campanha.org.br/caqi-caq/o-que-e-o-caqi/>. Acesso em: 24 ago. 2023.

_____. Campanha Nacional pelo Direito à Educação. O que é CAQ? Disponível em: <https://campanha.org.br/caqi-caq/o-que-e-o-caqi/>. Acesso em: 24 ago. 2023.

ESCOLA SEM PARTIDO. Apresentação: sobre nós. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/quem-somos/>. Acesso em: 21 set. 2023.

GAZETA DA TARDE, núm. 67, p. 1, col. 1-2.